

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO
CURSO DE JORNALISMO

MARINA FERREIRA GONÇALVES MOREIRA

**Pessoas pardas no Brasil e o dilema da identificação racial:
uma análise do podcast Mano a Mano com Regina Casé**

Mariana

2024

MARINA FERREIRA GONÇALVES MOREIRA

**Pessoas pardas no Brasil e o dilema da identificação racial:
uma análise do podcast Mano a Mano com Regina Casé**

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Denise Figueiredo Barros do Prado

Mariana

2024

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M838p Moreira, Marina Ferreira Gonçalves Moreira.
Pessoas pardas no Brasil e o dilema da identificação racial
[manuscrito]: uma análise do podcast Mano a Mano com Regina Casé. /
Marina Ferreira Gonçalves Moreira Moreira. - 2024.
56 f.

Orientadora: Profa. Dra. Denise Figueiredo Barros do Prado.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Casé, Regina. 2. Brown, Mano, 1970-. 3. Miscigenação. 4. Podcasts.
5. Racismo. I. do Prado, Denise Figueiredo Barros. II. Universidade
Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 659.3

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Marina Ferreira Gonçalves Moreira

**Pessoas pardas no Brasil e o dilema da identificação racial:
uma análise do podcast Mano a Mano com Regina Casé**

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel

Aprovada em 15 de outubro de 2024.

Membros da banca

Profa. Dra. Denise Figueiredo Barros do Prado - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Cláudio Rodrigues Coração - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Ms. Camila Cmapos Costa - (Universidade George Mason)

Denise Figueiredo Barros do Prado, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 29/05/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Denise Figueiredo Barros do Prado, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 29/05/2025, às 13:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0919568** e o código CRC **C8D032D0**.

AGRADECIMENTOS

Meus profundos agradecimentos às professoras e aos professores que passaram pela minha vida e mudaram a minha percepção sobre mim mesma no momento em que confiaram em mim e me mostraram que eu era capaz.

Agradeço imensamente à minha professora particular, minha mãe, Claudia, que, em meio às turbulências da vida, sempre se manteve firme em me mostrar que a educação é a solução. À minha avó, Cida, sou extremamente grata por contribuir com a construção de grande parte de quem eu sou. Cida me deu base e apoio para que eu pudesse estudar e sempre foi uma fortaleza quando muitas vezes senti que não era compreendida pelo mundo.

Ao meu irmão, Eduardo, obrigada por me dar forças para levantar todos os dias e por ter colorido a minha vida com a sua. Ao meu pai, Fabiano, agradeço pelas referências culturais, sociais e raciais que serviram para me moldar e, sem dúvidas, moldar este trabalho. Ao meu parceiro, Edivandro, que me incentiva a ser a melhor versão de mim mesma e, mesmo sem saber, me deu coragem para colocar este trabalho em prática.

Um agradecimento especial à minha finada tia, Amanda, sempre em meu coração, que foi a minha maior inspiração para cursar o ensino superior. Te levo comigo para onde for.

Às mulheres da minha vida, de modo geral: Claudia, Cida, Thaís, Maria, Amanda. Sou eternamente grata por suas existências e por me darem forças para nunca desistir de quem eu sou.

Um agradecimento especial à minha orientadora, Denise Prado, que me deu norte desde o primeiro momento para que este trabalho pudesse ser realizado. Ela clareou pensamentos que eu jamais havia conseguido organizar e que puderam ser concretizados com este trabalho. Hoje sinto imensa gratidão.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é problematizar e apresentar reflexões sobre miscigenação e identificação racial de pessoas pardas a partir da análise do podcast “Mano a Mano” com participação da atriz e apresentadora Regina Casé. Para isso, foram realizadas pesquisas históricas para se entender a história da miscigenação no Brasil e pesquisas teóricas para apresentar as diferentes perspectivas em torno do conceito de raça, racismo e miscigenação, assuntos pelos quais o tema deste trabalho inevitavelmente atravessa. Uma análise discursiva da entrevista foi realizada e três categorias analíticas foram adotadas para analisar a problemática: a) Colorismo; b) Classe social e autoidentificação racial; c) Racismo estrutural e desigualdade social. Esses recortes são fundamentais para entender as dinâmicas raciais do Brasil e de que forma afetam pessoas racializadas.

Palavras-chave: Miscigenação, Racismo; Mano Brown; Regina Casé; Mano a Mano

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
I - REFLEXÕES SOBRE MISCIGENAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO	06
1.1 Perspectivas históricas sobre a miscigenação da população brasileira.....	06
1.2. Discussões contemporâneas sobre raça e racismo.....	11
1.3. Problematizações com relação à identidade parda.....	15
II - MANO BROWN E A QUESTÃO RACIAL	23
III - METODOLOGIA E ANÁLISE	30
3.1. Metodologia.....	30
3.2. Recorte empírico.....	30
3.2.1. O projeto Mano a Mano.....	30
3.2.2. Regina Casé e o legado na TV brasileira.....	32
3.2.3. Mano a Mano com Regina Casé.....	34
3.3. Categorias analíticas.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47

Introdução

Esse estudo tem como objetivo refletir como a miscigenação impacta os debates raciais e a posição de pessoas pardas no Brasil, fazendo uma análise do discurso de Mano Brown e Regina Casé em um episódio do podcast de entrevistas “Mano a Mano” sobre miscigenação. Uma vez que ambos são figuras públicas relevantes que carregam características e vivências de pessoas com fenótipo ambíguo, em um país extremamente miscigenado como o Brasil, a partir da análise da interação no programa, foi possível problematizar e perceber algumas formas compartilhadas socialmente de se tratar questões sobre raça e identidade.

O trabalho pretende explicar de que forma a miscigenação impactou os debates raciais, especificamente em torno do racismo, e como as percepções sobre as pessoas pardas são encontradas no programa. O podcast “Mano a Mano” teve seu primeiro episódio lançado em agosto de 2021 e, por ser recente, possibilita ao público o acesso às opiniões atualizadas de Brown e de seus convidados a respeito de diversos assuntos. O episódio com a atriz Regina Casé, lançado em maio de 2023, permite que as reflexões em torno da miscigenação, ao mesmo tempo que resgatam episódios antigos das vidas dos artistas, sejam encontrados em um contexto contemporâneo.

Conforme será discutido no trabalho, a discussão sobre miscigenação no Brasil remete situações sociais e históricas complexas, como as tentativas de embranquecimento, baseadas nas teorias do Darwinismo Social e no racismo científico do século XIX, que deixaram sequelas em uma parte da população que possui dificuldades em realizar sua autodeclaração racial. Embora sejam maioria estatisticamente, de acordo com o IBGE, a posição de pessoas pardas nos debates raciais ainda exige discussões profundas.

Maria do Rosario Gregolim, em “Análise do discurso: conceitos e aplicações” (1995), explica que a Análise do Discurso é um campo da Linguística que faz uso da linguagem dentro e entre grupos específicos de pessoas e analisa o que é falado por uma pessoa dentro do seu contexto social e cultural, interpolado por uma ideologia. Ao analisar determinado discurso, é possível saber como ele se relaciona com a situação que o criou e enxergar a relação do campo da língua (estudada pela Linguística) e do campo da sociedade (história e ideologia). Uma vez que cada sociedade possui diferentes formações ideológicas, cada uma delas corresponde a uma “formação discursiva” (GREGOLIM, 1995). A partir desta perspectiva, o trabalho analisa as falas relacionadas à miscigenação de Mano Brown e Regina

Casé, no programa Mano a Mano, como partes de um todo, como sentidos que também estariam circulando sobre miscigenação no Brasil.

O trabalho se divide em três partes, além da introdução e considerações finais. No primeiro capítulo, “Reflexões sobre miscigenação no contexto brasileiro”, é feito um apanhado histórico sobre a miscigenação e como as dinâmicas raciais de pessoas mestiças se deram ao longo do tempo. O capítulo é subdividido em três partes: perspectivas históricas sobre miscigenação; discussões contemporâneas sobre raça e racismo; e, finalmente, problematizações em torno da identidade racial das pessoas pardas. A partir disso, o segundo capítulo, “Mano Brown e a questão racial”, introduz um dos focos deste estudo: o rapper Mano Brown e como a questão racial aparece em suas falas públicas e produções culturais. Aqui, uma pequena biografia da carreira do artista é feita até chegar ao podcast “Mano a Mano”, outro foco da pesquisa. O terceiro capítulo, “Metodologia e análise”, é subdividido em três partes: apresentação da metodologia do trabalho; descrição do recorte empírico (que vai apresentar o podcast “Mano a Mano”, Regina Casé e descrever o episódio do podcast analisado nesta pesquisa); e as categorias analíticas. As categorias analíticas adotadas neste trabalho são: (a) Colorismo; (b) Classe social e autoidentificação racial; (c) Racismo estrutural e desigualdade social. A partir delas que se vai, de fato, analisar os dilemas de pessoas pardas no Brasil retratados no programa.

I. Reflexões sobre miscigenação no contexto brasileiro

1.1. Perspectivas históricas sobre a miscigenação da população brasileira

Colonização

Ocupada por povos indígenas, a “Ilha Brasil” foi invadida, em 1500, pelos portugueses, que, em breve, passaria a dominar, explorar e dizimar os que aqui viviam. Ao identificar as riquezas da terra, os invasores viram enorme potencial de enriquecimento e, conseqüentemente, necessidade de “civilizar” os habitantes originários do território. Os povos originários foram nomeados indígenas e viviam da caça, da pesca, do plantio e da colheita. Os europeus, por sua vez, já vinham colocando em prática o processo civilizatório mundo afora pela África, pela Ásia e pelas Américas. Darcy Ribeiro, em “O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil” (2015), explica como se deu a mistura étnica após a chegada dos invasores europeus e seu esforço para dominar o que e quem tinham encontrado no território.

Os iberos, como eram chamados os habitantes da Península Ibérica - região do continente europeu ocupada por espanhóis e portugueses - dominaram, primeiro, seu território de origem, expulsando árabes e judeus e assumindo um poder centralizado, após o fim do sistema feudal. Depois, expandiram a dominação pelos mares com as chamadas Grandes Navegações, consolidando o capitalismo comercial. Esse processo de civilização e dominação territorial contou com guerras de conquista, saqueio e evangelização sobre povos dos continentes africano, asiático e americano. Os povos originários que aqui viviam rapidamente se viram perdidos de sua base da vida social e os que não se submetiam à nova forma de viver imposta pelos europeus fugiam, quando podiam (RIBEIRO, 2015).

A historiadora Giralda Seyferth, no artigo “Colonização, imigração e a questão racial no Brasil” (2002), explica como a questão racial estava subjacente aos projetos imigrantes desde 1818, “antes da palavra ‘raça’ fazer parte do vocabulário científico brasileiro e das preocupações com a formação nacional” (SEYFERTH, 2002, p. 118). As classificações raciais produzidas na Europa, na segunda metade do século XVIII, baseavam-se em uma divisão geográfica e/ou na variação da cor da pele, o que evidencia o caráter racista da colonização.

O primeiro século de colonização foi marcado predominantemente pela escravização da população originária, que foi ultrapassada pela mão de obra escravizada de pessoas negras

no século XVII (RIBEIRO, 2015, p. 75). Da costa ocidental da África até as terras brasileiras, foram trazidos negros escravizados de diferentes grupos culturais: sudaneses, islamizados e de tribos Bantu. Os primeiros compreendem grupos como Yoruba, Dahomey e Fanti-Ashanti; os segundos, os Peuhl, os Mandinga e os Haussa; e os terceiros, tribos Bantu, do grupo congo-angolês. A mão de obra escrava foi a forma mais rentável economicamente para o empreendimento colonial português e assegurou a prosperidade da elite com a produção de açúcar, no nordeste; e mineração de ouro, no centro do país (RIBEIRO, 2015, p. 133). Entre os séculos XVI e XIX, cerca de 4 milhões de africanos foram trazidos ao território à força, incluindo homens, mulheres e crianças, fazendo com que o Brasil se tornasse o país mais escravagista do ocidente (IBGE, 2000).

Darcy Ribeiro (2015) descreve como a condição submetida aos escravizados levava à morte por estafa ou à fuga que lhes custava a vida. Zumbi dos Palmares é o maior exemplo de resistência na história da escravidão no país e de líder político social, responsável por mobilizar números expressivos de escravizados para formar uma sociedade à parte da colônia brasileira do século XVII. Walter Vadala, em “Zumbi dos Palmares - Por uma educação antirracista” (2020), detalha como Zumbi transformou Palmares em uma fortaleza e resistiu ao sistema colonial de 1630 até 1694.

A partir de uma revolução de escravizados na região sul de Pernambuco, que era o coração do mundo açucareiro colonial, durante os séculos XVI e XVII, nasce, na Serra da Barriga, uma sociedade de fugitivos, negros em sua maioria, que se estrutura como um grande quilombo liderado por Zumbi, onde existia subdivisão de organização social, pequenas aldeias, acampamentos e áreas fixas com maiores povoados. Palmares foi o quilombo considerado o maior inimigo do governo, já que Zumbi negou acordos e enfrentou o exército da colônia até 1694, quando foi destruído pelo bandeirante Domingos Jorge Velho e seus 9 mil homens armados, durante a Guerra dos Palmares (VADALA, 2020).

Diversidade étnica

O Brasil passava a concentrar uma diversidade étnica, linguística e cultural de povos originários, africanos e europeus. Somando-se aos povos originários já presentes no território e aos europeus que depois o invadiram, as pessoas negras trazidas da África vinham de diferentes tribos dentro do próprio continente de origem. Isso dificultou a comunicação entre os escravizados que se encontravam, pela diversidade de línguas e dialetos, e criou uma base para a formação de uma nova população, mais diversa entre si. À medida que a mão de obra

negra crescia e a indígena ficava escassa, a língua do colonizador passava a ser difundida pelos próprios negros escravizados que já habitavam o território e haviam aprendido a nova língua - os negros ladinos -, as técnicas de trabalho, as normas e os valores, que eram repassados aos recém-chegados (RIBEIRO, 2015). A civilização idealizada pelos colonizadores, exceto pela população no padrão europeu, ia se construindo com base na monocultura e no trabalho escravo.

Quanto mais contato as diferentes etnias tinham entre si, mais se consolidava uma população uniforme étnica e linguisticamente, do ponto de vista institucional da época, ainda que misturada. Os ladinos que já tinham aprendido os novos hábitos, por exemplo, passaram a se readaptar, embora ainda carregassem fortemente sua ancestralidade africana. O mesmo não aconteceu com seus filhos, que já nasceram no território brasileiro, em meio a uma mistura de etnias, tornando-se, então, afrobrasileiros. Os nascidos de brancos com indígenas (caboclos), brancos com negros (“mulatos”) ou indígenas com negros (curibocas) viam-se, portanto, carentes de uma identidade coletiva.

Em decorrência da mistura dos povos, teorias eugenistas, ou degeracionistas, trazidas pela elite republicana e baseadas no racismo científico passaram a circular pelo Brasil no século XIX e difundiram a ideia de uma necessidade de embranquecimento da população. Antonio Carlos Lopes Petean, no artigo “O racismo universalista no Brasil: eugenia e higienização moral da sociedade” (2013), explica que as teorias degeracionistas defendiam uma superioridade da raça ariana e que a miscigenação apresentava perigo ao desenvolvimento econômico.

O racismo científico, criado na França, serviu de embasamento para propostas de embranquecimento populacional, já que defendiam a ideia de uma pirâmide social liderada pelos brancos, superiores aos amarelos e negros, considerados portadores de sangues impuros. A miscigenação, então, apresentava uma ameaça à pureza racial dos europeus, já que herdaria as piores características das três raças e arriscaria o progresso e a modernização econômica e cultural do país, além de que iria contra a teoria de evolução das espécies defendida pelo darwinismo social (PETEAN, 2013).

...no imaginário nacional construído pelas elites brasileiras no século XIX, o progresso ganhou uma dimensão racial porque a leitura realizada com base nas teses do racismo indicava a impossibilidade de um país miscigenado evoluir economicamente (PETEAN, 2013, p. 36).

A partir dessas teorias, políticas públicas e de imigração de alemães, italianos e espanhóis passaram a ser aplicadas no Brasil nos séculos XIX e XX intensamente, como esterilização de pessoas com mais de uma descendência e pessoas com deficiência e proibição de casamentos entre diferentes “raças”. A eugenia, que consiste na ideia de melhoramento físico e intelectual da raça, foi tão forte que também restringia o acesso a cargos públicos e ordens religiosas e militares. Médicos, intelectuais e cientistas do Brasil foram grandes contribuintes para o compartilhamento e a reafirmação dessas políticas.

Abolição

Florestan Fernandes, em “O negro no mundo dos brancos” (1979), problematiza a situação dos pretos e pardos no Brasil, especificamente em São Paulo, após a abolição da escravidão e as tentativas de embranquecimento. Durante séculos, a miscigenação serviu, principalmente, para manter a ordem escravista, já que houve aumento da massa da população submetida ao trabalho forçado, e, após libertos, não existiu possibilidade de ascensão social, apenas a submissão ao branco em um novo formato.

Pessoas negras passaram a ser socializadas para agirem como brancas e difundiu-se a ideia do “negro de alma branca”, devoto ao seu senhor, à sua família e à ordem social existente. Os que não se adequavam ao padrão, não possuíam condições de mobilidade e circulação e eram considerados incapazes de se igualar aos brancos, justificando sua dominação (FERNANDES, 1979). Nesse contexto, a mudança do *status* social de ex-escravizados se tornou impossível, já que foram submetidos a condições de vida precárias, desemprego e desorganização social. O sistema se manteve pautado na concentração de renda, poder e prestígio do branco.

O resultado foi que, três quartos de século após a Abolição, ainda são pouco numerosos os segmentos da ‘população de cor’ que conseguiram se integrar, efetivamente, na sociedade competitiva e nas classes sociais que a compõem (FERNANDES, 1979, p. 28).

O trabalho assalariado de imigrantes e o trabalho forçado de pessoas negras passaram a concorrer com relação à maior geração de lucros. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), citados na revista *Desafios do Desenvolvimento*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 219 mil imigrantes chegaram ao Brasil entre 1871 e 1880, e, no século XIX, o número chegou a 1,13 milhão. O sistema econômico

capitalista exigia uma consolidação da base produtiva, transformando a oligarquia agrária em burguesia e o trabalho forçado menos rentável que o assalariado.

Gilberto Maringoni (2011) cita o escritor Lima Barreto para descrever o cenário do país naquele momento: “Nunca houve anos no Brasil em que os pretos [...] fossem mais postos à margem”. Sem nenhuma opção de integração à sociedade, os números de desemprego, trabalhos temporários, pessoas em situação de rua e crianças abandonadas aumentaram e, conseqüentemente, a violência. As regiões periféricas das cidades passaram a ser ocupadas por ex-escravizados que estavam em busca de moradia e, em 1904, uma reforma urbana da cidade expulsou as populações pobres para os morros.

O novo regime, apesar das promessas, não viera para democratizar a sociedade ou possibilitar uma maior mobilidade social. Por suas características acentuadamente oligárquicas, a República brasileira chegara para manter intocada uma estrutura elitista e excludente. Por conta disso, as autoridades logo voltam-se para a repressão a diversas manifestações populares. A partir de 1890, são impiedosamente perseguidos os capoeiras, valentões, predominantemente negros e pobres, que praticavam essa modalidade de luta pelas ruas do Rio de Janeiro (MARINGONI, Ipea, 2011).

O reflexo de mais de 300 anos de escravidão resultou na formação de uma sociedade racista em suas estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, que foi mantida pelos filhos e netos de antigos senhores de escravos das classes dominantes.

A nação brasileira, comandada por gente dessa mentalidade, nunca fez nada pela massa negra que a construíra. Negou-lhe a posse de qualquer pedaço de terra para viver e cultivar, de escolas em que pudesse educar seus filhos, e de qualquer assistência. Só lhes deu, sobejamente, discriminação e repressão. Grande parte desses negros dirigiu-se às cidades, onde encontrava um ambiente de convivência social menos hostil (RIBEIRO, 2015, p. 167).

As tentativas de embranquecimento populacional, no século XIX, provocaram dilemas com relação à miscigenação. A evolução dos debates raciais permitiu a problematização do racismo e sua desnaturalização, além da valorização da cultura e da autoestima negras, mas ainda exige discussões profundas com relação à identidade racial de pessoas pardas, embora, desde 2010, o IBGE defina que a totalidade de pessoas negras no Brasil se dê pela soma de pretos e pardos. Nesse Censo, a porcentagem de autodeclarados pardos foi de 43,42%, o equivalente a 82.820.452 de pessoas; enquanto as porcentagens de pretos e brancos foi de 7,52% e 47,51%, respectivamente. Os dados divulgados pelo IBGE em 2022, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), não foram muito diferentes

e, inclusive, aumentaram: 45,3% das pessoas se declararam pardas; 10,6% se declararam pretas; e 42,8% brancas.

A reflexão sobre miscigenação é feita por Kabengele Munanga, em “Rediscutindo a mestiçagem no Brasil” (1999), que afirma que, com o fim do sistema escravista, em 1888, os pensadores brasileiros passaram a buscar uma solução para a construção de uma nação e de uma identidade nacional contrária à miscigenação, já que a pluralidade racial “nascida do processo colonial representava, na cabeça dessa elite, uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma nação que se pensava branca” (MUNANGA, 1999, p. 51).

1.2. Discussões contemporâneas sobre raça e racismo

Raça e racismo

Ao discutir raça, é fundamental esclarecer que esse conceito não é determinado biologicamente, mas socialmente. Eduardo Bonilla-Silva, em “*American Sociological Review*” (1997), explica o processo de racialização, que tenta definir que certos traços humanos designam diferentes grupos raciais e os classificam hierarquicamente. Essas classificações, normalmente, são associadas a práticas de colonização e servidão. Dessa forma, a partir da racialização, surge o conceito de raça e, portanto, de uma ordem social racializada.

Em todos os sistemas sociais racializados, o lugar de pessoas em categorias raciais envolve alguma forma de hierarquia que produz relações definidas socialmente entre as raças. A raça colocada na posição superior tende a receber maior remuneração econômica e acesso a melhores ocupações e/ou perspectivas no mercado de trabalho, ocupa uma posição primária no sistema político, recebe maior estima social (por exemplo, é vista como “mais inteligente” ou “de melhor aparência”), muitas vezes tem a licença para traçar limites físicos (segregação), bem como sociais (etiqueta racial) entre si e outras raças, e recebe o que DuBois (1939) chama de “salário psicológico” (Marable 1983; Roediger 1991). A totalidade destas relações e práticas sociais racializadas constitui a estrutura racial de uma sociedade (BONILLA-SILVA, 1997, p. 268).

A partir do conceito social de “raça”, categorias como “índios” e “negros” foram inventadas nos séculos XVI e XVII para justificar a colonização por parte dos “brancos”, que, por sua vez, seriam os “civilizados” e os sujeitos livres (BONILLA-SILVA, 1997, p. 270). Uma vez que a formação social é racializada, a dinâmica “normal” da sociedade sempre

incluirá o componente racial, principalmente no processo de atribuição de sentido a um “povo”. Embora a definição das raças não possua fundamento biológico, a racialização faz com que o indivíduo seja classificado de acordo com suas características fenotípicas, como tom de pele e cor e textura do cabelo. Assim que as raças são classificadas, as relações sociais entre elas passam a ser institucionalizadas.

A colocação de grupos de pessoas em categorias raciais decorreu inicialmente dos interesses de atores poderosos no sistema social (por exemplo, a classe capitalista, a classe senhorial, colonizadores). Depois que as categorias raciais foram usadas para organizar as relações sociais em uma sociedade, a raça tornou-se um elemento independente da operação do sistema social (Stone, 1985) (BONILLA-SILVA, 1997, p. 272).

Junto com as relações sociais, surgem as tensões raciais ocasionadas pelo racismo, que, embora seja uma ideologia sem embasamento teórico e que se colocava como científica para justificar práticas de dominação social, acaba cumprindo papel prático nas sociedades racializadas e fornecendo “regras” de como perceber o outro. Bonilla-Silva (1997) conclui que, embora “raça” e “racismo” sejam conceitos construídos socialmente, eles adquirem autonomia e passam a executar funções na vida social e a serem princípios organizadores das relações.

Após a estratificação racial ser estabelecida, a raça torna-se um critério independente para a hierarquia vertical na sociedade. Deste modo, diferentes raças experimentam posições de subordinação e autoridade na sociedade e desenvolvem interesses diferentes (BONILLA-SILVA, 1997, p. 275).

Djamila Ribeiro, em “Pequeno manual antirracista” (2019), define o racismo como um sistema de opressão que nega direitos a pessoas negras. Silvio Almeida, em “O que é racismo estrutural?” (2019), conceitua o termo como uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que pode ter três concepções: individualista, institucional e estrutural. Essa última é pautada na relação estabelecida com a economia e com a ideia de que o racismo é inerente à ordem social, ou seja, é uma parte da estrutura social.

Ao se levar em conta que o racismo também é um processo histórico, que decorre de marcas deixadas pela escravidão e pelo colonialismo, Silvio Almeida explica que as classificações raciais influenciaram nas hierarquias sociais, na legitimidade da condução do poder do Estado e nas estratégias econômicas de desenvolvimento. Dessa forma, grupos

étnicos considerados inferiores estão sujeitos a serem discriminados de forma sistemática, sem que haja, necessariamente, condições para que o racismo se manifeste explicitamente.

...o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo 'normal' com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural (ALMEIDA, 2019, p. 38)

O racismo se difere, portanto, do preconceito e da discriminação raciais. O primeiro é definido como “juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias” (ALMEIDA, 2019, p. 25). Já a discriminação é o tratamento diante de pessoas de grupos racialmente identificados e tem a possibilidade do uso da força. Embora o racismo seja visto como parte da estrutura social, não se deve retirar a responsabilidade individual no caso de práticas de condutas racistas e, inclusive, o silenciamento diante delas torna o indivíduo responsável por sua manutenção. Para combatê-lo, é necessário pensar em mudanças nas relações sociais, políticas e econômicas. Sílvio Almeida também reflete sobre o racismo estrutural na prática e a sua naturalização.

Uma vez que o racismo é um processo político e histórico, ele torna-se também um processo de constituição de subjetividades e de um complexo imaginário social, que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional, o que contribui para a sua naturalização. Sempre foi mais fácil assistir pessoas brancas como protagonistas de novelas, filmes e séries, representando personagens complexos e marcantes em narrativas de drama, romance ou ação, do que pessoas negras. Estas, por sua vez, têm estereótipos reforçados e são limitadas a papéis de coadjuvantes, na maioria das vezes relacionados ao crime, ao tráfico, à rebeldia, à prostituição, à comédia, à chacota ou como escravizadas e empregadas - embora também carreguem características complexas e marcantes, não são destaques das narrativas, de um modo geral.

O colunista da UOL Eduardo Carvalho (2023) afirmou que, apenas em 2023, a Rede Globo - fundada em 1965 - teve todos os protagonistas negros em suas novelas em diferentes faixas de horários. Entre 1994 e 2014, as pessoas negras ocupavam apenas 10% do espaço na teledramaturgia da emissora. O cinema nacional mostra que não é diferente. Muitos filmes brasileiros que retratam mazelas sociais, tráfico de drogas, prostituição e violência policial possuem, em sua maioria, a maior parte dos seus personagens e seus protagonistas pretos ou

pardos: Macunaíma (1969), Pixote: a lei do mais fraco (1980), Cidade de Deus (2002), Carandiru (2003), Tropa de Elite (2007) e Sonhos Roubados (2009) são alguns exemplos.

Após anos vendo telenovelas brasileiras um indivíduo vai acabar se convencendo que mulheres negras têm uma vocação natural para o emprego doméstico, que a personalidade de homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que homens brancos sempre têm personalidades complexas e são líderes natos, meticolosos e racionais em suas ações (ALMEIDA, 2019, p. 51).

Os sistemas censitários brasileiros e o movimento negro

As polêmicas em torno do termo “pardo” têm início ainda no século XIX, quando aconteceu o primeiro recenseamento geral do Brasil em que a variável “raça” foi adicionada nos levantamentos, especificamente em 1872, e contava com as categorias “branco”, “preto”, “pardo” e “caboclo”. Em “Censo e demografia: a variável cor ou raça no interior dos sistemas censitários brasileiros” (2008), de Marcelo Paixão Carvano, é possível entender a história dos censos brasileiros e das inúmeras modificações realizadas entre eles. O próximo recenseamento foi acontecer apenas em 1890, já com o modelo escravocrata abolido institucionalmente e a Primeira República instaurada, e apenas alterou a categoria “pardo” para “mestiço”. Nos censos de 1900 e 1920, a variável “raça” não foi coletada, com a justificativa de que a maioria das respostas não condiziam com a realidade e que os mestiços estariam espalhados por quase todos os estados do Brasil, impedindo o controle sobre a veracidade de suas origens.

Em 1940, quem passa a realizar os levantamentos é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), surgido em 1938, e passou a considerar não mais a variável “raça”, mas sim “cor”. As categorias passaram a contar com “amarelo” - referente a pessoas com ascendência asiática -, devido ao aumento da imigração, e retornaram com o termo “pardo” para designar aqueles que não se identificavam com as outras categorias ou os que não respondiam ao quesito étnico-racial. As categorias no censo de 1940 ficaram definidas, então, entre “branco”, “preto”, “amarelo” e “pardo”. Em 1950, as categorias se mantiveram, mas declarando como pardos aqueles que se identificavam como mestiços, de um modo geral (“mulato”, “cafuzo”, “mameluco” etc.), e pertencentes a grupos indígenas. O censo de 1960 se manteve com as mesmas categorias. Em 1970, não houve coleta da variável “cor”, em decorrência do contexto ditatorial no qual o país se encontrava. Nessa época, eram frequentes

as perseguições e cassações de líderes do movimento negro e de pesquisadores sobre questões raciais. Em 1980, o levantamento da “cor” retornou ao censo, nos padrões de 1960. O próximo levantamento viria em 1991, que adicionou a categoria “indígena” e passou a questionar, além da cor, qual seria a raça dos entrevistados. As categorias se mantiveram até os dias de hoje: “branco”, “preto”, “pardo”, “amarelo” e “indígena”, com as considerações de que pessoas com a cor da pele preta ou parda integram a população/categoria negra.

Em 2010, o Estatuto da Igualdade Racial foi instituído pela lei nº 12.288/2010 e considera que a população negra é o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas ou pardas, mas essa discussão teve início ainda na década de 1970, quando os estudos raciais no Brasil passaram a ter forte influência de nomes como Lélia Gonzalez, Carlos Hasenbalg e Nelson do Vale e Silva e de crescentes organizações políticas negras brasileiras. Hasenbalg, em “Lugar de negro” (1982), apontou para a relação direta da raça com a distribuição das pessoas na hierarquia social e na reprodução das classes sociais e

Com relação ao racismo, além dos efeitos das práticas discriminatórias, uma organização social racista também limita a motivação e o nível de aspirações do negro. [...] um dos determinantes da apropriação desigual das oportunidades econômicas e educacionais está relacionado com a segregação geográfica da população branca e não-branca (esta última constituída por pretos e pardos, na denominação dos censos demográficos e da PNAD) (HASENBALG, 1982, p. 91-92).

As dimensões de desigualdades raciais, quando se compara o grupo branco com o não-branco, ajudam a pensar na categorização de pretos e pardos como população negra. Essa junção se deu baseada em diversos fatores: i) as condições sociais de ambos os grupos serem semelhantes entre si e distantes do grupo branco; ii) além da autodeclaração, as possíveis formas de inserção do indivíduo na sociedade. Dessa forma, uma vez que os indicadores socioeconômicos de pretos e pardos são próximos, os indivíduos pardos “acabam enfrentando o peso de sistemas hetero-classificatório que identifica aqueles traços como iguais passíveis de discriminação negativa, tal qual os pretos” (CARVANO, 2008, p. 49-50); iii) as marcas raciais atenuadas de pessoas pardas, como traços físicos ou textura do cabelo que remetem à negritude; iv) o uso da terminologia negra se justifica na busca da construção de uma identidade social comum; v) para finalidades estatísticas, a baixa densidade amostral caso apenas o grupo “preto” fosse considerado (CARVANO, 2008).

Também é de extrema relevância citar a luta dos movimentos negros brasileiros na construção de uma sociedade plurirracial e pluricultural na qual o pardo pudesse se solidarizar com o negro, ao invés de ver suas conquistas drenadas pelo grupo branco, já que a tendência -

ao se levar em conta as tentativas de embranquecimento populacional - seria se aproximar cada vez mais da categoria branca (MUNANGA, 1999). A junção das categorias “preto” e “pardo” como parte da população negra foi, então, uma tentativa de criar uma consciência política e uma identidade étnica mobilizadora e ir em sentido contrário à lógica de embranquecimento, por meio da miscigenação ou da ascensão social. Munanga (1999) reflete:

...os então governadores do Rio Grande do Sul, do Espírito Santo e de Sergipe foram tratados como primeiros governadores negros do Brasil e foram discriminados durante a campanha eleitoral como negros, apesar de serem, em sua maioria, nitidamente mestiços. Celso Pita é considerado como o primeiro negro eleito do município de São Paulo, apesar dele ter também todos os traços do mestiço indisfarçável. Mas a questão que fica no ar, e que mereceria uma pesquisa, é saber se no imaginário da maioria da população brasileira (branca, negra, indígena, oriental, mestiça), Celso Pita é visto como um negro de acordo com o imaginário político. O fato do próprio prefeito Celso Pita se assumir politicamente como negro poderia pedagógica e psicologicamente criar um efeito de auto-estima na maioria da população negra e mestiça que, de uma hora para outra, abandonaria o ideário do branqueamento cultivado há quase um século para assumir sua negritude? (MUNANGA, 1999, p. 125).

Democracia racial e colorismo

Djamila Ribeiro (2019) ressalta que muitos outros grupos sociais, além de homens e mulheres negras, estão sujeitos a serem vítimas de discriminação racial e que o racismo no Brasil se manifesta de forma diferente das experiências mundialmente já conhecidas, como o regime nazista, o *apartheid* sul-africano e a situação da população negra nos Estados Unidos no século XX. A filósofa, ao citar as práticas de tentativas de embranquecimento da população, nos séculos XIX e XX, faz críticas ao mito da democracia racial, pautado na ideia de que o racismo não existe no Brasil pelo fato de que a miscigenação trouxe harmonia entre negros e brancos e que não existiram leis segregacionistas como nos Estados Unidos. Ela também comprova a inexistência da democracia racial em relato sobre suas experiências pessoais diante de casos de racismo:

Como muitas pessoas negras que circulam em espaços de poder, já fui ‘confundida’ com copeira, faxineira ou, no caso de hotéis de luxo, prostituta. Obviamente não estou questionando a dignidade dessas profissões, mas o porquê de pessoas negras se verem reduzidas a determinados estereótipos, em vez de serem reconhecidas como seres humanos em toda a sua complexidade e com suas contradições (RIBEIRO, 2019, p. 10-11).

O artigo “Pardismo, Colorismo e a ‘Mulher Brasileira’: produção da identidade racial de mulheres negras de pele clara” (2023), de Mara Lago, Débora Montibeler e Raquel de Barros Miguel, que reflete sobre os processos de invisibilização da negritude de mulheres negras lidas como pardas na sociedade brasileira, afirma que o racismo no Brasil passa por um segundo filtro de hierarquização racial, já que o fenômeno do colorismo hierarquiza as pessoas negras de acordo com seus fenótipos, aproximando ou distanciando-as da africanidade ou da europeidade, pensamento que se alinha ao de Alessandra Devulsky, autora de “Colorismo” (2021). No colorismo, não existe a possibilidade de enquadramento enquanto pardo (LAGO, et al., 2023, p. 9). Lago afirma que, uma vez que a miscigenação foi uma tentativa de embranquecimento populacional, a mulher parda “foi se configurando em elementos paradigmáticos da harmonia das raças, um corpo símbolo da miscigenação bem-sucedida” (2023, p. 7), mas que, ao mesmo tempo, foi percebida como objeto-produto e objeto sexual do “sucesso” da colonização/branqueamento.

Uma figura “celebrada” por uma pretensa beleza proveniente da mistura de raças e herdeira da sexualidade exacerbada atribuída aos negros no processo de racialização colonial das Américas. Ou seja, há uma produção essencialista e, portanto, racista, da identidade e sexualidade da mulher não branca na sociedade brasileira. [...] a mulher negra “mais aceitável” passa a ser tolerada em espaços de prestígio e se torna a exceção que confirma o discurso meritocrático que acompanha o mito da democracia racial (LAGO, et al., 2023, p. 8).

Para Alessandra Devulsky (2021), o colorismo é um braço articulado do racismo e um fenômeno ligado à miscigenação racial. Para ela, falar em miscigenação subentende que o branco é a “regra” e ser de qualquer outra etnia é o ponto fora da curva, fazendo com que a aproximação ou o distanciamento da africanidade ou da europeidade categorize racialmente as pessoas. Essa categorização origina uma hierarquização racial que culmina no fenômeno do colorismo, que, para Devulsky, é uma ideologia que, além de utilizar o branco como régua, opõe pessoas da mesma comunidade, “umas contra as outras, permitindo que pessoas negras possam se estranhar por conta de suas diferenças” (DEVULSKY, 2021, p. 12). Ela explica como isso afeta pessoas negras de pele clara:

A primeira forma pela qual o colorismo afeta negros claros é criando essas barreiras ideológicas no interesse natural que todo ser humano tem por compreender suas origens. Crianças que crescem em meio a um ambiente escolar e familiar estruturado em princípios de inferiorização da cultura africana, de vilanização das vítimas da escravidão e de invisibilização dos heróis e heroínas da resistência contra a escravidão não poderiam se desenvolver valorizando sua negritude (DEVULSKY, 2021, p. 13).

O colorismo, segundo essa perspectiva, tenta definir o quanto é possível ser negro ao gozar de certa segurança oferecida pela mestiçagem, mas que rapidamente pode ser perdida caso uma pessoa negra de pele clara expresse sua africanidade de alguma forma. Por outro lado, a pessoa branca está livre de qualquer parâmetro avaliativo do colorismo, já que “pertence à regra” e não precisa justificar suas origens ou se aproximar forçadamente do padrão europeu para ser mais aceito. Devulsky também explica como funciona o processo de revelação da própria identidade de pessoas negras de pele clara no momento em que, assim como negros de pele escura, descobrem o desejo de participar do grupo branco. No entanto, as de pele mais clara buscam alternativas para integrar esse grupo, a depender do seu fenótipo e do seu capital cultural, o que é mais difícil de acontecer com pessoas negras de pele escura.

Muito embora a aceitação do negro mestiço nesses grupos nunca seja completa, uma vez que ela permanece sob o jugo de uma subalternização rigorosa, o negro de pele clara consegue uma inserção que, geralmente, é interdita por completo ao negro de pele escura (DEVULSKY, 2023, p. 38).

Diferente do colorismo, que defende que a tonalidade da pele negra - mais clara ou mais escura - influencia na inclusão ou exclusão da pessoa na sociedade, Alessandra Devulsky afirma que, embora negros de pele clara possam ter um tratamento mais acolhedor em comparação com negros de pele escura, isso não deve ser considerado um tratamento menos racista, já que ainda assim existe a condição de não branco e de subalterno aos olhos racializados.

Essa permeabilidade é, de fato, tributária de um racismo diferente que, no entanto, exclui de modo mais ultimado aqueles que apresentam traços mais fortes de africanidade. São estratégias de sobrevivência que só podem ser alteradas a partir da compreensão política dos nossos lugares e do peso da nossa organização política (DEVULSKY, 2023, p. 41).

Portanto, Devulsky conclui que, devido à complexidade da história racial do Brasil, o conceito político do colorismo não pode ser considerado resposta padrão sobre as dinâmicas raciais envolvendo negros de pele clara e de pele escura e que a construção identitária do negro é uma criação supremacista branca, que tinha como objetivo disciplinar e hierarquizar as pessoas negras de acordo com a pigmentação da pele.

1.3. Problematizações com relação à identidade racial de pessoas pardas

(Auto)identificação racial

Os debates sobre raça e racismo têm exigido, cada vez mais, o levantamento de pautas em torno das consequências da miscigenação sobre a população parda brasileira, que compõe maioria em estatísticas do IBGE - o Censo Demográfico 2022, mostrou que, desde 1991, a maior parte da população brasileira se declarou parda: 45,3% - e que, de um modo geral, ao analisar os debates raciais, possui dificuldade de autoidentificação racial.

O grupo racial chamado de modo geral como negros no Brasil [...] inclui também os pardos. Pardos esses que são associados a algum grau de mestiçagem racial, enquanto, por outro lado, não são identificados como brancos por não terem ascendência europeia visível em algum traço físico peculiar. O pendor racial atinente aos pardos aproxima, assim, este grupo dos negros, dos quais fazem parte. No que tange aos prejuízos inerentes ao preconceito racial, o pardo insere-se na estrutura racial que infere da sua identidade negra as características negativas atribuídas à africanidade desde o processo de escravidão. Entretanto, a sua condição mestiça, não pura, também o beneficia em certas circunstâncias (DEVULSKY, 2021, p. 12).

Para Kabengele Munanga (1999), rediscutir a mestiçagem na sociedade brasileira expressa responsabilidade social e escancara o real objetivo da mistura de brancos com não-brancos (asiáticos, indígenas e negros), incentivada por projetos eugenistas que tinham como objetivo eliminar a população negra existente no Brasil. Por isso, acabou-se diluindo a linha demarcatória entre brancos e negros, projetando o “mulato” e dificultando a existência de uma identidade coletiva, que normalmente é constituída por elementos comuns aos membros de um grupo: língua, história, território, cultura, religião, situação social etc. Uma vez que a população possui diferentes e misturadas origens, a autoidentificação se tornou um desafio, tanto uma baseada na “negritude”, quanto outra baseada na “mestiçagem”.

Uma tal identificação (‘quem somos nós?’ - ‘de onde viemos e aonde vamos?’ - ‘qual é a nossa posição na sociedade?’; ‘quem são eles?’ - ‘de onde vieram e aonde vão?’ - ‘qual é a posição deles na sociedade?’ - vai permitir o desencadeamento de um processo de construção de sua identidade ou personalidade coletiva, que serve de plataforma mobilizadora (MUNANGA, 1999, p. 14).

Embora no processo de miscigenação exista a mistura de diferentes genes, a mestiçagem não pode ser concebida como um fenômeno estritamente biológico, como afirma Munanga (1999), já que existe um conjunto de ideias que compõe as populações mestiças e seus comportamentos. A classificação racial nos Estados Unidos, por exemplo, se dá com

base na polarização negro-branco e não existe uma categoria para pessoas com fenótipo ambíguo - como no Brasil existe a categoria “pardo” - lá, as categorias contemplam ameríndios, asiáticos, brancos e negros e a pessoa que possua qualquer traço de ascendência negra é declarada como tal. No Brasil, devido ao projeto de miscigenação, existe uma falsa ideia de que o racismo não existe aqui, havendo, assim, a suposta democracia racial. Sueli Carneiro (2000) afirma que esse mito, no entanto, desconsidera a violência sobre a população desde a época colonial, seja pelos estupros praticados pelos colonizadores sobre mulheres negras e indígenas, seja pelas políticas de embranquecimento populacional aplicadas no Brasil. A miscigenação, portanto, não anula a existência de racismo, nem impede que pessoas pardas estejam sujeitas a serem vítimas dele.

Sueli Carneiro (2000) acredita que a miscigenação impacta principalmente a população negra brasileira, já que existe uma suposta maior aceitação social das pessoas de pele mais clara em relação às mais escuras, causando confusão na definição racial para pessoas negras e seus descendentes miscigenados. Para ela, o termo “pardo” serve para agregar aqueles que tiveram sua identidade étnica e racial destruídas pelo racismo e para definir aqueles que não sabem mais o que são ou não desejam ser o que são.

...moreno escuro, moreno claro, moreno-jambo, marrom-bombom, mulato, mestiço, caboclo, mameluco, cafuzo, ou seja, confusos, de tal maneira, que acabam todos agregados na categoria oficial do IBGE, pardo! Algo que ninguém consegue definir como raça ou cor. Talvez o termo pardo se preste apenas para agregar os que, por terem a sua identidade étnica e racial destroçada pelo racismo, pela discriminação e pelo ônus simbólico que a negritude contém socialmente, não sabem mais o que são ou simplesmente não desejam ser o que são (CARNEIRO, Portal Geledés, 2000).

Essa fragmentação de definições coíbe a identidade negra para que ela se torne um elemento aglutinador no campo político, de acordo com Carneiro (2000). Por isso, a filósofa acredita que, uma vez que pretos e pardos estão na mesma posição, do ponto de vista dos indicadores sociais, apresentando condições de vida semelhantes e igualmente inferiores quando comparadas ao grupo branco, torna-se importante aos descendentes dos negros assumir a identidade negra.

O argumento de Carneiro (2000) de que existe maior aceitação social dos mais claros com relação aos mais escuros é comprovado quando se resgata a história de como os negros e seus descendentes foram inseridos na sociedade após a abolição. No Brasil, havia mais mestiços livres do que pretos e eles, em sua maioria, eram filhos dos senhores e dos donos de terras, o que pode ter concedido uma “vantagem” aos mestiços e contribuído para o enfraquecimento do sentimento de solidariedade entre eles e as pessoas pretas. Kabengele

Munanga (1999) cita Carl Degler, autor de “Nem preto, nem branco: escravidão e relação raciais no Brasil e nos E.U.A” (1976), para explicar como se dava a relação entre brancos, pretos e pardos na sociedade brasileira, que, diferente dos Estados Unidos que dividia o país entre escravidão e liberdade, existia um esquema em que havia lugar para “o branco, o preto e o pardo, para o livre, o meio-livre e o escravo” (MUNANGA, 1999, p. 86).

No Mississippi, em 1860, por exemplo, 77% dos negros livres eram mestiços, enquanto apenas 8% dos escravos eram mulatos [...]. Em Itapetininga, no Estado de São Paulo, apenas 4% dos mulatos eram escravos, contra 95% de pretos, em 1799 [...]. Em 1872, os mulatos constituíam 32% dos escravos e 78% dos homens livres em todo o Brasil (MUNANGA, 1999, p. 85).

A (des)união entre pretos e pardos e as posições ocupadas pelos dois grupos foram muito influenciadas pela classe social, que não pode ser deixada de lado dentro do debate sobre a formação da população brasileira, nem sobre a autoidentificação racial. O chamado “mestiço” foi mais inserido na sociedade para executar funções econômicas e militares em que não havia brancos disponíveis, tornando-se um tipo socialmente aceito no Brasil. Citando Degler (1976), Munanga (1999) afirma:

Havendo lugar para o mulato, não parece haver necessidade de ajuda para os negros como grupo. A história e a profunda virulência do racismo norte-americano soldaram os negros em uma força racial efetiva, enquanto que a ambiguidade da linha cor/classe no Brasil deixou os negros sem coesão ou líderes (MUNANGA, 1999, p. 86).

Atualmente, é possível perceber que a classificação racial e a percepção da cor e de traços negroides é gestáltica, segundo Kabengele Munanga (1999), já que são influenciadas pela tomada de consciência do indivíduo; e de elementos não raciais, como sociais, culturais, psicológicos e econômicos, que são associados ao contexto em que o indivíduo está inserido - considerando maneiras, educação sistemática, formação profissional, estilo e padrão de vida -, além da posição de classe, poder econômico e socialização.

Daí a ideia comum entre os estudiosos norte-americanos de que o brasileiro pode mudar de raça, ou melhor, de identificação racial, no decorrer de sua vida. Esta interpretação se aproxima dos ditados populares ‘o dinheiro branqueia’ e o ‘preto rico é branco’ ou ‘branco pobre é preto’ (MUNANGA, 1999, p. 88-89).

Munanga (1999) completa que, embora considerado ponte étnica entre negro e branco e tenha sido mais aceitável socialmente, a população que se identifica como parda não goza de um status social diferente da população preta. Enquanto, durante a escravidão, esse grupo

pôde ter vantagens em comparação aos pretos, hoje são, em grande maioria, filhos e filhas de famílias da classe pobre, constituindo-se também vítimas de discriminação racial, devido à ambiguidade cor/classe, e sendo mais numerosos que a população preta (MUNANGA, 1999, p. 94).

A América Latina foi o único lugar do mundo onde a mestiçagem foi tão importante a ponto de tornar impossível a determinação exata do status racial da maioria dos atuais latino-americanos (MUNANGA, 1999. p. 99). Diferente de Darcy Ribeiro (2015), que defende a ideia de uma identidade nacional “brasileira”, Munanga (1999) acredita que a existência de uma etnia brasileira anula as identificações étnicas dos indígenas, africanos e europeus e tornam indiferentes as várias formas de mestiçagem.

Nenhuma voz dos mestiços brasileiros constitutivos da nova etnia brasileira contou algo sobre o caminho por eles percorrido até a tomada de sua consciência enquanto autênticos brasileiros. Nenhum documento que pudesse apontar na direção do autor de *O povo brasileiro* (MUNANGA, 1999, p. 101).

Uma vez que o Brasil se tornou uma nação com contribuições de negros, indígenas, europeus e asiáticos que aqui se encontraram, Munanga (1999) questiona e problematiza a busca por uma identidade “mestiça” e afirma que, do ponto de vista biológico e sociológico, a mestiçagem e a transculturação entre povos que aqui se encontraram é um fato, mas “a identidade é um processo sempre negociado e renegociado, de acordo com os critérios ideológicos-políticos e as relações de poder” (MUNANGA, 1999. p. 108).

Parditude

Em meio a polêmicas entre as pesquisas raciais no Brasil, o movimento Parditude ganhou força nas redes sociais nos últimos anos e tem como objetivo principal dar visibilidade às pessoas mestiças com fenótipo ambíguo. O nome do movimento surgiu com Beatriz Bueno, pesquisadora e autora do artigo “Impedidos de entrar em Wakanda - Reflexões sobre Parditude, Manifestações Midiáticas e Desafios de Pertencimento” (2021), que traz à tona desafios enfrentados pelas pessoas pardas na busca por uma identidade racial e por um lugar de pertencimento. O trabalho da pesquisadora reflete como “Wakanda” - nação africana do filme “Pantera Negra” (2018) - é utilizada como uma ferramenta metafórica de inclusão entre pessoas pretas, mas que, ao mesmo tempo, pode ser excludente para pessoas com mais de uma ascendência.

Uma das principais críticas da pesquisadora é sobre a unificação de pretos e pardos como parte da população negra. Ela afirma que, embora sejam grupos com condições de vida semelhantes, de acordo com as estatísticas, apenas um desses grupos deve, frequentemente, comprovar a validação da sua identidade para “entrar em Wakanda”. Ao citar o autor Reginald Daniel (2016), Bueno (2021) acredita que a unificação de pretos e pardos na mesma categoria pode ser problemática, já que uma pessoa com um fenótipo “intermediário” pode ter grandes dificuldades de se reconhecer como negra e que, na luta antirracista, também seria válido reconhecer uma identidade que se conecte com a brancura. Além disso, a pesquisadora defende que pessoas mestiças enfrentam exclusões simbólicas e institucionais, tanto no momento de serem aceitas pela comunidade negra, quanto em políticas de ações afirmativas, como as cotas raciais.

...as bancas de heteroidentificação para cotas raciais, que iniciaram seus trabalhos em 2017, com a importantíssima função de barrar possíveis fraudadores, vêm também barrando muitas pessoas pardas que são mestiças no fenótipo. Além das denúncias de supostas “fraudes” que muitos alunos pardos cotistas vem sofrendo. Como o caso de Williane Muniz, estudante de 21 anos autodeclarada parda que foi desclassificada durante a avaliação prévia de cotistas na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a estudante tentava passar em medicina há cinco anos, conseguiu pela primeira vez em 2022 e foi frustrada pela negativa da Comissão de Heteroidentificação da UFPE (BUENO, 2021, p. 8-9)

Inspirada por Gloria E. Anzaldúa (1987), Beatriz Bueno defende a construção de uma consciência mestiça, na qual é possível cultivar a capacidade de lidar com diferentes culturas e nenhum aspecto é descartado, seja ele bom ou ruim. “As pessoas pardas em meio a esse contexto de exclusão [...] acabam por experimentar um deslocamento muito semelhante, principalmente a culpa associada à parte branca de nossa ascendência, muitas vezes, portuguesa” (BUENO, 2021, p. 13-14). O perfil do Parditude nas redes sociais acumula mais de 13 mil seguidores, em 2025.

O movimento, no entanto, é constantemente questionado por estudiosos de questões raciais no Brasil e, principalmente, pelo movimento negro, já que a ideia de separar pretos e pardos de uma mesma categoria aumentariam as chances de prejudicar políticas públicas efetivas para a população negra, conquistadas após mais de 60 anos de luta. Além disso, também poderia impactar no aumento de fraudes em bancas de heteroidentificação, já que a ideia de uma comunidade “mestiça” abrangeria quase toda a população brasileira, inclusive aqueles que são lidos, socializados e possuem fenótipo de pessoas brancas. Yuri Silva, ex-Secretário Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), militante do Coletivo de Entidades Negras (CEN), mestre e pesquisador sobre raça pela Fundação Getúlio Vargas

(FGV), em entrevista concedida ao veículo “Colabora”, em janeiro de 2025, afirmou que a diferenciação de tonalidade de pele é mais uma forma de violência que o racismo provoca e que é necessário enxergar a junção de pretos e pardos como população negra como uma vitória histórica do movimento negro brasileiro.

Acho que a gente não precisa de divisões nesse momento em que as questões raciais e o povo negro do Brasil são tão atacados por grupos conservadores, grupos de extrema-direita que se consolidam na nossa sociedade como parte dela, especialmente porque, sozinhos, nem pretos nem pardos formam a maioria na demografia brasileira (SILVA, Colabora, 2025)

Yuri Silva também levanta a questão de que o discurso do Parditude corre o risco de esbarrar no da mestiçagem, que foi uma ferramenta racista forte para as políticas de embranquecimento populacional no país. Outros influenciadores que pesquisam sobre questões raciais no Brasil também alegam que o movimento iniciado por Beatriz Bueno pode “flertar” com uma romantização da miscigenação e da eugenia. Um exemplo é Mauro Baracho, graduado em Administração, mestre e doutorando em Antropologia e produtor de oficinas, cursos e materiais sobre letramento racial. No Instagram, @afroestima2, Mauro acumula cerca de 138 mil seguidores e investe em contra-argumentos ao movimento Parditude. Em um vídeo publicado no dia 27 de novembro de 2024, Mauro afirma ser um grande crítico do movimento e do conceito, pois, segundo ele, o trabalho utiliza falsas equivalências ao sugerir que pretos, assim como brancos, discriminam racialmente os pardos. “Não tem como um grupo, como os pretos, que estão com os piores índices socioeconômicos, promover algum tipo de discriminação racial com outros grupos” (BARACHO, 2024).

Desracialização

Lago (et al., 2023) faz provocações quanto à violência simbólica da desracialização de mulheres negras de pele clara que são lidas socialmente como “pardas” e reflete como essas mulheres vivem a jornada do quase, já que têm sua negritude esmorecida, ao mesmo tempo que não são suficientemente brancas (p. 2). O grupo racial de mulheres não-brancas vai ser definido por influência da sua identificação enquanto sujeito e das suas identificações culturais, relacionais familiares e como ela é lida pela sociedade, acumulando experiências relacionadas a uma elasticidade racial, conferida socialmente a pessoas com fenótipo ambíguo.

...são classificadas de diferentes maneiras por diferentes pessoas, podem passar por mais de uma categoria racial no seu processo de identificação ao longo da vida e, por vezes, são lidas a partir de seu pertencimento de classe ou localização geográfica ao invés de simplesmente por suas características fenotípicas (LAGO, et al., 2023, p. 3)

De acordo com essa perspectiva, o “pardismo” é uma forma de neutralizar o debate em torno de pessoas negras de pele clara e naturalizar uma não pertença racial, promovendo uma desmobilização coletiva e despolitização da raça, já que “pardo” se torna uma denominação externa à negritude. Lago afirma que a raça é também um posicionamento político-ideológico, para além da cor da pele, e a miscigenação está diretamente ligada à presença da marca racial de um grupo subalternizado. O pardo é, então, um sujeito racializado, seja pela cor da pele, traços ou cabelo (LAGO, et al., 2023, p. 4).

Ainda que sua estética esteja mais próxima da norma (o branco), e que, portanto, sejam mais tolerados [...] em espaços majoritariamente brancos, a marca racial não passa despercebida. A marca racial deste grupo é tão notada que configura, inclusive, uma categoria racial intermediária que se convencionou chamar de pardo (LAGO, et al., 2023, p. 4)

Além disso, as populações indígenas devem ser pauta ao se discutir miscigenação, já que, ao apropriar a categoria “pardo” enquanto apenas relacionada a pessoas de ascendência negra, as de ascendência indígena ficam negligenciadas, já que muitas se identificam nessa categoria. “Portanto, essa absorção dos pardos, de certa maneira, contribuiu para a invisibilização da população indígena brasileira” (LAGO, et al., 2023, p. 4).

Ao mesmo tempo que invisibiliza pessoas com ascendência indígena que se identificam como pardas, a complexidade das definições raciais no Brasil também faz com que pessoas negras de pele clara passem por uma dupla perda de referências, tanto a de sua origem relacionada ao seus ancestrais negros, quanto a de sua identidade no momento em que sua marca racial é questionada. Portanto, não pensar sobre a própria racialidade acaba se tornando um dos maiores privilégios da branquitude.

A reflexão sobre o tom de pele, a hesitação para responder um formulário ou o censo, é uma vivência intrinsecamente racializada, algo vivenciado por sujeitos não brancos. Ao preencher uma ficha qualquer onde consta a pergunta “cor/raça”, o sujeito branco não é convidado a refletir sobre as implicações de sua resposta, se alguém duvidará de sua autodeclaração, ou se, de fato, sua resposta corresponde às suas possíveis leituras sociais. Não elaborar sua experiência racial é um privilégio de pessoas brancas (LAGO, et al., 2023, p. 6).

Mano Brown, integrante do grupo Racionais MC's, pode ser citado como um exemplo de alguém que já viveu conflitos com relação à sua identificação racial. Ele já abordou o assunto publicamente e contou o quanto é recorrente questionarem sua identidade racial: Brown se declara um homem negro, mas frequentemente também se refere a si próprio como “mulato” ou pardo. Em um dos episódios do podcast “Mano a Mano”, de maio de 2023, ele se aprofunda no debate com a convidada Regina Casé, que, embora se declare branca, também é um exemplo de pessoa mestiça, como ela própria se descreve no episódio em questão: “Eu sou indígena, super, eu acho que eu tenho muita coisa de indígena, acho que tenho muita coisa de negra e acho que tenho muita coisa de branco, ou seja, eu sou brasileira mesmo” (Regina Casé, Mano a Mano, 2023, 16’23”). A análise desse episódio vai permitir compreender as questões que giram em torno da miscigenação e da autodeclaração de pessoas pardas, uma vez que tanto Mano Brown quanto Regina Casé se encontram em posições parecidas de identificação racial. Refletir sobre o processo de colonização e de formação da população brasileira complexifica os debates raciais e questiona as categorias raciais existentes atualmente no Brasil.

II. Mano Brown e a questão racial

Carreira musical e Racionais MC's

Pedro Paulo Soares Pereira nasceu em 22 de abril de 1970, no Capão Redondo, periferia de São Paulo, onde cresceu e adquiriu as vivências que relatou em suas letras, anos depois. Filho de dona Ana, Pedro já contou não ter tido contato com seu pai, de ascendência italiana, nem com sua família de sangue. Estudante de colégio interno até os quase 9 anos de idade, conheceu o movimento hip-hop e se envolveu até se tornar um dos maiores rappers do mundo. Mano Brown nasce assim quando nascem os Racionais MC's. A origem de tudo foi a união entre Pedro Paulo e Paulo Eduardo Salvador (Ice Blue), que inicialmente eram a dupla B.B.Boys (Black Bad Boys) (ROLLING STONE, 2010). Depois, o grupo se formou oficialmente, em 1988, com o encontro de Edivaldo Pereira Alves (Edi Rock) e Kleber Geraldo Lelis Simões (KL Jay). A união dos moradores do extremo sul e da Zona Norte de São Paulo fez surgir um dos maiores grupos de rap do Brasil. (RACIONAIS, 2018)

Os anos antecedentes ao surgimento do que hoje se denomina “rap” no Brasil — e, conseqüentemente, dos Racionais MC's —, por volta dos anos 1970 e 1980, eram marcados pelas equipes de bailes black nas periferias de São Paulo e Rio de Janeiro, que reuniam DJ's, MC's e b-boys em pistas de dança improvisadas (TAPERMAN, 2015). Ricardo Taperman, em “Se liga no som” (2015), cita o pesquisador João Batista de Jesus Félix ao dizer que existia uma aproximação entre o hip-hop e o movimento negro, sendo os bailes black uma alternativa ao racismo cotidiano. Mano Brown e os outros integrantes dos Racionais se encontravam inseridos nesse contexto: quando o Brasil apresentava fortes sequelas do período da Ditadura Militar, a circulação de informações era limitada, não havia internet e a força policial dentro das periferias era — e ainda é — intensa. Brown conta, em entrevista ao podcast Podpah (2022), que “rap não existia, tudo era hip-hop, era um movimento ancestral e à parte”, até a chegada do rapper Common, já consagrado nos Estados Unidos, na época, que veio cantar no Brasil e contribuiu para a popularização do movimento.

O início do grupo se deu após encontros dos integrantes em festas na casa noturna Clube do Rap, onde Edi Rock e KL Jay tocavam. Nessa época, em 1988, “Pânico na Zona Sul” já existia, uma composição de Brown, que entrou na coletânea “Consciência black”, do mesmo ano, juntamente com “Tempos Difíceis”, música de Edi Rock e KL Jay (RACIONAIS MC'S, 2018). “Consciência black” foi um dos primeiros trabalhos de hip-hop com grande

repercussão nacional e, já no início dos anos 90, o primeiro disco do grupo, “Holocausto urbano” (1990), foi lançado e São Paulo passava a viver um “boom” de rap (TAPERMAN, 2015).

O selo Zimbabwe, de William Santiago, produziu, lançou e distribuiu “Holocausto urbano” e os próximos dois discos: “Escolha seu caminho” (1992) e “Raio X do Brasil” (1993). O grupo foi se espalhando e se consolidando pelo Brasil por meio de rádios comunitárias e de apresentações nas periferias do país (TAPERMAN, 2015). “Sobrevivendo no inferno” veio em 1997, lançado pela produtora independente Cosa Nostra, criada pelo próprio grupo, e se tornou uma das grandes obras-primas da música nacional. Após este lançamento, no auge do sucesso do álbum, o grupo entrou em hiato por dois anos.

O grupo voltou à cena com “Nada Como um Dia Após o Outro Dia”, em 2002, trazendo uma postura diferente nos versos e nas melodias. O trabalho mais recente do grupo é “Cores e Valores”, de 2014, que conta com faixas de *trap* e de curta duração. Em 2016, Brown lançou um trabalho solo, o álbum “Boogie Naípe”, que trouxe elementos do *soul*, *funk* e R&B. Em 2018, “Sobrevivendo no inferno” transformou-se em livro, da Companhia das Letras.

A realidade do Brasil nos anos 1980 era dura, segundo Mano Brown. No Podpah (2022), ele contou como o país “fingia que o preto não existia” e que “viver era perigoso”, dadas as condições sociais e políticas. Cantar rap era a única saída em que não se corria perigo. O cenário também contribuía para a discriminação sobre a geração jovem daquela época. “A nossa geração foi muito discriminada por uma suposta burrice. Racismo. Tinha que provar certa inteligência para mostrar que a ideia era relevante”, afirmou Brown. Assim os Racionais se inseriram na cena musical e, logo na primeira música, já se destacaram. “Pânico na Zona Sul” e “Tempos Difíceis” tocaram na Rádio Zimbabwe, às 13hrs de um domingo, o que serviu como uma virada de chave para o grupo.

Projetos atuais

Em 2014, os Racionais lançaram o último projeto musical coletivo: o álbum “Cores & Valores”, após mais de uma década sem novos lançamentos; e, em 2022, o documentário “Racionais MC’s - Das Ruas de São Paulo Pro Mundo”, na Netflix. O último álbum havia sido “Nada Como um Dia Após o Outro Dia”, de 2002. Cleber Facchi, em uma crítica ao álbum escrita para o site Música Instantânea (2020), descreveu-o como “um evidente exercício de renovação, fuga criativa e busca por novas possibilidades”, já que os sons se

diferenciam de todos os trabalhos anteriores. Dessa vez, trouxeram mais do *trap* e do neo-soul, com faixas mais curtas, mas, ainda assim, com versos potentes e forte crítica social. Já Gabriel Rolim, na crítica para a *Monkey Buzz*, considerou o álbum a maior ruptura sonora do grupo, que utilizou de versos repetidos e diretos e uma fuga do rap para focar em batidas graves do hip-hop moderno.

No final de 2016, Mano Brown lançou seu primeiro trabalho solo: o álbum “Boogie Naípe”, de mesmo nome de sua produtora. Em entrevista ao portal R7, em 2016, ele afirmou que o álbum trouxe elementos da *black music* dos anos 1970 e 1980 que marcaram sua carreira na música. Já a produtora Boogie Naípe surgiu em 2009, com o objetivo de proporcionar eventos e shows com artistas de uma forma totalmente original. “Boogie” significa um estilo proveniente do *blues* e “Naípe” é o sinônimo de originalidade.

Em 2018, quando os Racionais completaram 30 anos de carreira, os integrantes anunciaram pausa nos trabalhos do grupo por tempo indeterminado. Mano Brown, na época, declarou a Rafael Balsemão, do portal GaúchaZH, que não havia o que comemorar nas três décadas da banda, já que muitos fãs se tornaram conservadores.

Os Racionais foram criados por quatro garotos que tentavam sobreviver, que não tinham ideia de como era o mundo. Só sabíamos o que era a favela. Muita coisa mudou, e hoje eu questiono a importância dos Racionais num mundo desses. Aqueles ideais que o povo defendia, o povo esqueceu (Mano Brown, GaúchaZH, 2018).

Na mesma entrevista, Brown chama a atenção para o contexto do Brasil nos anos 1990 e como os dois governos Lula e um governo Dilma mudaram a mentalidade da periferia.

Não tem como desvincular os Racionais da política, a banda sempre foi atrelada ao momento político do país. E qual é o momento político do país agora? A periferia passou a ser de direita. O rap virou algo de direita, conservador. Aquele rap da época dos Racionais, hoje, é um rap religioso, moralista, que não conversa com a revolução que precisa ser feita atualmente (Mano Brown, GaúchaZH, 2018).

Na época da entrevista, o Brasil era governado por Michel Temer e o bolsonarismo vinha ganhando força no país, que se consolidou nas eleições presidenciais do mesmo ano e elegeram Jair Bolsonaro com 55% dos votos. À época, Bolsonaro ganhou força entre a população pelos seus ideais conservadores, seu apoio ao militarismo e por ser a principal oposição ao governo Lula daqueles últimos anos.

Felizmente, o grupo Racionais anunciou o retorno no final de 2021, mesmo ano de lançamento do podcast “Mano a Mano”, no Spotify. Para completar o currículo, em novembro de 2023, Brown recebeu o título de Doutor Honoris Causa, pelo Conselho Universitário da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

Mídia, racismo e corpo pardo

Além de denunciar o racismo nos versos de rap, Mano Brown aborda o assunto com frequência em entrevistas, como as concedidas ao Roda Viva (2007), à Rolling Stone (2010), à Trip TV (2016) e ao PodPah (2022) e em seu próprio programa no Spotify, Mano a Mano (2021). Suas opiniões e posicionamentos contra o racismo, no entanto, sempre se estenderam também às pessoas pardas quando o assunto é raça. Nas músicas, o rapper trouxe o pardo como protagonista das narrativas em “Jesus Chorou” (2002) e “Negro Drama” (2002), além de evidenciar as desigualdades sociais que acometiam a população brasileira:

Daria um filme
Uma negra e uma criança nos braços
Solitária na floresta de concreto e aço
Veja, olha outra vez o rosto na multidão
A multidão é um monstro sem rosto e coração
Hei, São Paulo, terra de arranha-céu
A garoa rasga a carne, é a Torre de Babel
Família brasileira, dois contra o mundo
Mãe solteira de um promissor vagabundo
Luz, câmera e ação, gravando a cena vai
Um bastardo, mais um filho pardo sem pai
(RACIONAIS, 2002, faixa 5, 3’15” - 3’46”)

Eu sou o mano, homem duro, do gueto, Brown, oba
Aquele loco que não pode errar
Aquele que você odeia amar nesse instante
Pele parda e ouço funk
E de onde vem os diamante? Da lama
Valeu mãe, negro drama
(RACIONAIS, 2002, faixa 5, 5’05”-5’20”)

Os versos de Brown em “Negro Drama” narram a história de vida de muitas famílias brasileiras que são compostas por mãe solteira e filhos de pais ausentes, e evidencia um orgulho da pele parda. O drama de ser negro no Brasil é evidenciado nas letras, que são carregadas pela sua vivência nas periferias de São Paulo. Nota-se que a relação entre ser pardo e sua condição social é sempre destacada. Durante o programa televisivo de entrevistas

“Roda Viva (2007), da TV Cultura, Brown apontou como a questão racial está ligada à classe social quando afirmou que o convívio e contexto podem influenciar a forma como uma pessoa é identificada racialmente:

Tenho um amigo que é loiro do olho verde, mas eu falo: “mano, cê é negão!”. Por que? Porque ele fala como, ele anda igual, ele se veste [...]. os ‘maninho’ que é branco, mora lá dentro da quebrada, ali no cotidiano, que ouve samba, curte rap, usa camisa ‘listadinha’, ‘bombetinha’ já é preto também. Fora do nosso mundo, aí você fala: o resto é branco. Da ponte pra lá, ‘vamo’ dizer assim, não tem branco (BROWN, Roda Viva, 2007).

Em uma entrevista ao jornalista André Caramante para a revista Rolling Stone, em 2010, ao entrar no tópico “raça”, Brown refletiu sobre como os iguais a ele, os pardos, não usufruíam da autoestima que vinha sendo conquistada do povo negro:

No Brasil, você não vê gente da minha cor fazendo comercial, fazendo nada. Se eu não fosse o Mano Brown, seria invisível na rua [...] Sou até muito mais discriminado do que o Blue. E os caras da minha cor, desse meu tom de pele, também. Você vê nas cadeias, na Febem. O cara tem medo hoje de discriminar um cara como o Blue, tem medo de falar um 'a' para um preto. Agora, um cara como eu, é toda hora, irmão. É pobre, tem cara de pobre, tem cor de pobre. Se quiser, fala que é 'moreninho' (Mano Brown, Rolling Stone, 2010).

“Os mestiços foram a primeira classe a ser abandonada”, completou, “já que não serviam nem para escravo, nem para senhor. É uma teoria pequena minha, não é regra”, finalizou. O incômodo a respeito do preconceito sobre o pardo foi novamente trazido por Brown, 12 anos depois, no podcast Podpah, em que foi entrevistado:

Nunca fui nada assim: mais forte, mais bonito, mais isso, mais aquilo. Eu era a música que eu fiz: magro, fraco, invisível na esquina. Tem essa coisa do racismo e tem a coisa do invisível, os dois são ruins. O invisível é aquele que não é visto, é um monte, não é notado. É a cor da maioria, que ninguém vê, do feirante, que não vai chamar pra comercial de surfe nem fazer comercial de carnaval, é no máximo o segurança da balada (Mano Brown, PodPah, 2022).

À Trip TV, em 2017, Mano Brown falou sobre Racionais, machismo, PT e, novamente, miscigenação. Dessa vez, ele contou sobre um dos episódios de conflito racial sofrido por ter sido fruto de uma mãe preta e um pai branco.

Na escola, Copa do Mundo de 78, França e Itália, deixei escapar que meu pai era italiano. Os moleque começou a rir: ‘nunca vi italiano de cabelo duro’. Nunca mais eu falei isso. Falei ‘é mesmo, eu sou meio moreninho’ (risos). [...] Mas também nunca pude levar essa de italiano não, eu vivi que nem preto, morô? Comi que nem preto, vivi vida de preto (Mano Brown, Trip TV, 2017).

Na mesma entrevista, o rapper afirmou já ter sido comparado com Carlos Marighella, militante comunista que foi oposição ao governo durante a Ditadura Militar, por ele também ter sido filho de uma mulher preta e um pai branco, e reforça a presença parda no país:

...que nem a maioria do povo. Marighella, Mano Brown, Dexter, Thaíde, KL Jay, Bob Marley. O pai do Bob era inglês. Tira esses caras do mundo e sobra o quê? (Mano Brown, 2017)

Durante uma entrevista coletiva do podcast “Mano a Mano”, em 2022, Mano Brown evidenciou o racismo que já sofreu durante a vida e desabafou sobre a visão preconceituosa a que era submetido e que colocava em dúvida a sua intelectualidade:

Uma coisa que me perturbava eram as situações onde as pessoas me colocavam em um lugar muito marginal, extremamente ignorante e intransigente. Algo que eu nunca fui. Era obrigado a conviver com a alcunha de um cara burro, sabe? Na minha carreira, tive que conviver com a desconfiança sobre a minha intelectualidade. Hoje, as pessoas se surpreendem por falar sobre outros assuntos. Eu falo de signo também, pô. Sou taurino! (Mano Brown, Terra, 2022)

Em um vídeo publicado no Youtube pelo canal MS RAP, de 10 de outubro de 2023, Brown, durante uma palestra em um local não identificado, explicou, em alguns momentos de forma cômica, como foi o primeiro momento em que sentiu dúvidas com relação à sua identificação racial:

De tudo que eu aprendi com a minha mãe, a única coisa que eu contestei foi quando ela falava que eu não era preto. Ela falava: “você é mulato”, e mulato é o que? “Mulato não é preto! Eu sou preta, você é mulato, teu pai é branco”, então eu entendi que eu não era nada. Aí agora ‘tá’ proibido falar mulato também, agora ferrou! Não tem nenhuma denominação ‘pro’ cara filho de preto com branco que serve: pardo não serve, mulato não serve, moreno eu apanho aqui. [...] O que eu notei na vida? Que eu era o último em tudo. Eu estudei em colégio de branco a vida toda, sempre sobrava eu, um gordinho, um japonês, um outro ali que é mais pobrinho um pouco, sempre teve o gueto (BROWN, Youtube, 2023).

A trajetória de vida de Mano Brown, além de seus relatos, entrevistas e opiniões, pode exemplificar como uma pessoa parda é lida e qual a posição dessas pessoas na sociedade brasileira, desde a época colonial. Discriminação, privilégios, racismo, autoidentificação, miscigenação, classe e raça, entre outras questões, são elementos que não podem ser dissociados da discussão da formação da população parda no país.

III. Metodologia e Análise

3.1 Metodologia

Esse estudo tem como objetivo refletir como a miscigenação impacta os debates raciais e a posição de pessoas pardas no Brasil, fazendo uma análise do discurso da entrevista de Mano Brown com a atriz e apresentadora Regina Casé em um episódio do podcast de entrevistas “Mano a Mano”, no qual foi discutido o tema da miscigenação. Para isso, foi utilizado o método dedutivo, que analisa uma situação geral para se chegar a um caso específico, e realizada uma análise temática e discursiva da entrevista. Por isso, este trabalho buscou entender as dinâmicas raciais e o processo de miscigenação do Brasil para entender as posições de Mano Brown e Regina Casé quanto à própria identidade racial. Para a realização desta pesquisa foram utilizadas bibliografias históricas, artigos, trabalhos acadêmicos e materiais midiáticos.

3.2 Recorte empírico:

3.2.1 O projeto Mano a Mano

O Mano a Mano, um podcast de entrevistas, projeto inédito de Mano Brown, lançado em 2021, surgiu em um momento em que o artista vinha estudando História e Religião e observando o cenário político do Brasil. Na época de criação do podcast, Jair Bolsonaro estava na presidência do país e os movimentos de direita, como o bolsonarismo, adquiriam cada vez mais força. O objetivo do podcast era levar mais informação para o povo, afirmou Brown na coletiva de imprensa do lançamento do podcast: “No Brasil, a informação é negada, principalmente, para o povo afro. A ideia é apresentar conteúdos úteis que nem sempre chegam nas pessoas. É entretenimento, mas também vamos levar informação” (BROWN, Disconversa, 2021).

A equipe de Brown enviou o projeto do podcast ao Spotify e a plataforma se interessou, conforme relatado por Brown, no Podpah. Após o lançamento, o sucesso do programa foi tanto que chegou a ser o terceiro podcast mais escutado na Retrospectiva do Spotify de 2022 e recebeu o prêmio da Associação Paulista de Críticos de Artes (APCA), na categoria “Melhor Podcast”, em 2023. Cada episódio recebe um convidado diferente para Brown entrevistar, sempre pautando questões sociais, raciais, políticas, culturais e pessoais. Brown já recebeu grandes figuras brasileiras de diversos segmentos, entre elas Drauzio

Varella, Djamila Ribeiro, Emicida, Seu Jorge, Gregorio Duvivier, Angela Davis, Sueli Carneiro, Ludmilla, Dexter, Delegado da Cunha, Conceição Evaristo, Gilberto Gil, Lula, Marina Silva, Djonga e Regina Casé, o foco deste estudo.

As entrevistas que Mano Brown realiza com os convidados, junto com a jornalista Semayat Oliveira, são feitas de forma informal, abrindo espaço para debates e descontração, em alguns momentos. O podcast se torna ainda mais interessante pelo fato de que os convidados são diversificados, tanto com relação à geração que nasceram, quanto ao segmento ao qual pertencem, mas que, de qualquer forma, são introduzidos em assuntos profundos e altamente reflexivos, que podem ir desde classe social, raça e política - temas constantes durante os episódios - à religiosidade. Fonseca et al (2023) cita as pesquisadoras estadunidenses Sapna Mulki e Alison A. Ormsby (2022) para explicar que a lógica conversacional do podcast oferece tempo e permite o aprofundamento em questões complexas e multifacetadas, com destaque para temas sociais (FONSECA et al., 2023, p. 117):

...‘pode-se ver que o podcasting é uma opção atraente para uma pessoa ou um grupo de pessoas que historicamente foram sub-representados e não foram apresentados na cultura ou mídia mainstream, como pessoas com deficiência, queers, trans, negros, indígenas e pessoas racializadas (MULKI; ORMSBY, 2022, p. 18, tradução própria).’ (FONSECA et al., 2023, p. 117)

Além disso, o racismo aparece como elemento norteador para a condução das entrevistas:

Brown carrega em seu corpo, em sua história, e principalmente em sua trajetória como rapper, as marcas do racismo brasileiro em todas as suas nuances, e esses elementos contextuais são importantes para a compreensão do produto Mano a Mano para além de um simples podcast, mas que converge todos esses atravessamentos políticos, sociais, raciais, de resistência, inclusive dentro do próprio mercado fonográfico (FONSECA et al., 2023, p. 118).

Outro ponto chave e que divide opiniões entre os ouvintes é o convite de pessoas com opiniões e ideologias opostas à de Brown, considerando toda a sua trajetória artística e seus posicionamentos políticos, como Fernando Holiday e Delegado da Cunha. Holiday, que participou do programa em setembro de 2021, é ex-vereador da Câmara Municipal de São Paulo e ficou conhecido pelo seu posicionamento contrário às cotas raciais; já “da Cunha”, ex-policia militar e, até então, atual Deputado Federal por São Paulo, ganhou fama por postar vídeos de suas operações policiais nas redes sociais e participou do Mano a Mano em fevereiro de 2023. Ambos são controversos, polêmicos e simpatizantes de ideias neoliberais e

conservadoras e travaram debates com Brown nos episódios em que foram convidados. De modo geral, o podcast tem o objetivo de ampliar a visão com “assuntos importantes, interessantes, relatos inéditos e controversos com convidados amados ou odiados”, como promete sua sinopse. O programa, atualmente, possui quatro temporadas e o artista conta que o objetivo do podcast é se aproximar da população e trazer temas políticos para o cotidiano do ouvinte:

Eu quero chegar no trabalhador da ZL que ‘tá’ duas horas no transporte público, que não chega uma informação diferente ‘pra’ ele, outros veículos não informam a mesma coisa. [...] A revolução hoje ‘tá’ na prática, no que você pratica no dia a dia. O Brown pode fazer 20 discos tentando passar a visão, tentando ser a liderança. Agora, eu tenho que ser útil na prática. Existe uma distância entre o que se prega e o que se consegue viver (BROWN, revista Brasa, 2021).

Regina Casé foi uma das convidadas que rendeu bons debates raciais com Brown em um episódio com mais de duas horas de duração, em maio de 2023. O episódio que teve a atriz e apresentadora como convidada trouxe à tona o debate racial com foco em miscigenação em diversos momentos, que transitou entre os assuntos sobre classe, relações familiares e cultura periférica. Por serem duas pessoas mestiças, mas de diferentes origens (familiares, regionais e, principalmente, sociais), as visões dos artistas sobre o “pardo” divergiram em diversos momentos, explicitando a forma como a miscigenação não pode ser discutida isolada do contexto social do indivíduo. O fato de Regina Casé ter nascido e crescido na zona sul do Rio de Janeiro e Mano Brown na periferia de São Paulo é ponto chave para entender como suas experiências individuais relacionadas à miscigenação expressam a forma que cada um se identifica racialmente: Brown se declara um homem negro; já Regina Casé como uma mulher branca (CASÉ, Mano a Mano, 2023, 1h39min46seg).

3.2.2 Regina Casé e o legado na TV brasileira

Regina Casé nasceu em 25 de fevereiro de 1954, em Botafogo, no Rio de Janeiro, e é atriz, apresentadora, diretora e roteirista. Iniciou no teatro em 1970, com o grupo “Asdrúbal trouxe o trombone”, e, entre inúmeros trabalhos, fez personagens marcantes da teledramaturgia e cinema brasileiros, como Tina Pepper, da novela “Cambalacho” (1986), e Val, do filme “Que Horas Ela Volta?” (2015). Como apresentadora, marcou os programas Brasil Legal (1994), Muvuca (1998), Central da Periferia (2006) e Esquentando (2011); e, como diretora, a série “Cidade dos Homens” (2002). Aos 23 anos, ganhou o prêmio Muriaé, de melhor atriz de teatro, e, em 2019, ganhou destaque por ter protagonizado a novela “Amor de

Mãe”, eleita a melhor novela no Venice TV Award. Regina Casé também ganhou o prêmio de melhor atriz no Troféu Imprensa, no SBT, com a mesma novela.

Sua vocação para a televisão é quase uma herança, já que seu pai, Geraldo Casé, foi diretor na TV Bandeirantes, TV Excelsior e TV Globo, e seu avô, Ademar Casé, foi um dos pioneiros do rádio no Brasil, com o programa radiofônico “Programa Casé”. A dissertação “Tenho cara de pobre: Regina Casé e a periferia na TV” (2007), de Sarah Chaves, conta como os programas protagonizados por ela inauguraram uma nova forma de narrar na TV brasileira. O primeiro deles foi “Programa Legal” (1991), que misturava jornalismo com dramaturgia, documentário e etnografia e seus temas iam de bailes *funk* a bailes da classe média.

Os apresentadores/atores encarnam personagens dos respectivos universos retratados, transformando-se momentaneamente em um deles, ainda que de maneira propositalmente caricatural. Há momentos em que entrevistam pessoas ou fazem pequenas reportagens, mas ainda aí estão explicitamente encenando papéis de entrevistadores ou repórteres. Esses momentos supostamente “jornalísticos” não têm nenhuma intenção de imparcialidade: o objetivo claro é fazer rir enquanto desvendam universos culturais distintos. A graça, no entanto, não está em ridicularizar programações alheias, mas na tentativa de entrar naquele universo cultural e mostrar o quanto ele pode ser genuinamente legal (CHAVES, 2007, p. 26).

Mas um dos mais marcantes para a carreira de Regina foi o “Brasil Legal” (1995), que reunia quadros, histórias, imagens, personagens e cidades em um mesmo programa e já demonstrava mais fortemente a finalidade da apresentadora em mostrar na TV aberta um Brasil que não aparecia de maneira positiva. “Com os personagens que escolhe, Brasil Legal retrata o habitual das pessoas, o cotidiano comum de algum lugar, o ordinário” (CHAVES, 2007, p. 37).

...*Brasil Legal* também contribui para uma nova escrita da história brasileira, abrindo sua estrutura oficial para a entrada de novas vozes e, conseqüentemente, influenciando a memória da nação. O programa promove um novo enquadramento da memória – uma nova memória sendo re-criada (re-enquadrada) agora a partir de fontes não-oficiais, ou a partir do que Pollak classifica como memórias subterrâneas, aquelas “dos excluídos, dos marginalizados e das minorias (CHAVES, 2007, p. 39).

O “Esquenta”, outro programa marcante da apresentadora e mais recente, foi exibido pela última vez em 2017 e marcou a geração atual pelas inúmeras atrações durante as tardes de domingo, que trazia a cultura periférica e reunia artistas populares fora do circuito tradicional da mídia na TV aberta. O programa foi alvo de discriminação e chacota devido ao seu caráter fora do padrão do que sempre foi exibido na Rede Globo. Um exemplo foi um dos quadros do programa “Pânico na Band” — o “Ixxxkenta”, com “Regina Ralé” — que fazia

uma imitação do “Esquenta” utilizando uma série de piadas racistas para satirizar o programa. A própria apresentadora reconhece o estigma:

O estigma do programa era “Regina só anda com bandido”. Como não tinha preto no resto da televisão, o pessoal olhava o visual daquelas pessoas, tinham medo. Diziam: ‘o programa Esquenta é programa de maconeiro, de macumbeiro, de viado, de bandido’. [...] Todo preconceito contra cada uma dessas pessoas fazia um funil e vinha ‘pra’ mim. A vida da gente era ruim pra caramba, na rua. De embate na rua (CASÉ, Mano a Mano, 2023, 35’43”).

Para Mano Brown, foi um programa revolucionário e o preconceito sobre ele é apenas “a ponta do *iceberg*: como a gente se vê, como o próprio povo se vê e como os entendidos se veem” (BROWN, Mano a Mano, 2023, 37’16”):

Eu entendia que o Esquenta era uma coisa prática e menos teórica. Era uma revolução acontecendo debaixo do bigode da gente e as pessoas ‘tavam’ vendo com outros nomes. A gente passou a vida reclamando que não tinha negro na televisão, de repente tem um programa que tem mais de 10 e vocês se colocam contra (BROWN, Mano a Mano, 2023, 37’38”).

Quanto à identidade racial de Regina, Ademar Casé é uma referência para ela. Por ter avô nordestino, Regina considera que, pela ascendência, ela tem “cara de pobre”, por ser “meio branca, meio preta, meio nordestina” (CASÉ, Miss Brasil Legal, 2006). Esse fato teve influência também em sua carreira profissional, já que precisou transitar por diferentes ambientes e classes sociais ao longo da vida. Chaves (2007) afirma que as referências à classe pobre que Regina constantemente se preocupa e que sempre trouxe em seus trabalhos na televisão vêm da origem nordestina do avô, da “educação humanitária” dos pais, das viagens pelo Brasil com o grupo de teatro “Adrúbal trouxe o trombone” e da vivência na Zona Sul carioca (CHAVES, 2007, p. 23).

3.2.3 Mano a Mano com Regina Casé

Convidada por Mano Brown para um bate-papo no “Mano a Mano” em maio de 2023, a atriz e apresentadora pôde contar sua história de vida e entrar em debates com o apresentador sobre raça e classe social, assuntos que permeiam a maior parte do episódio. Regina cresceu no meio artístico do Rio de Janeiro, já que seu avô, Ademar Casé, foi um dos pioneiros do rádio no Brasil e acabou se tornando um caso raro de mobilidade social,

deixando o legado e a herança para as próximas gerações da família. Regina conta logo no início do episódio:

Meu pai é a primeira geração diferente disso e todo mundo com essa coisa artística. Não tinha nenhum termo desse né, “antirracismo”, mas meu pai e minha mãe me deram uma educação antirracista na época, só não tinha esse nome. A própria vida deles era muito diferente das pessoas de onde a gente morava. Hoje em dia eu vejo, no Rio de Janeiro, de uma família que, depois do meu avô, já era de classe média branca, em Copacabana, na minha casa meu pai e minha mãe sempre tiveram um monte de amigo preto (Regina Casé, *Mano a Mano*, mai. de 2023, 12’40”).

A questão racial também é rapidamente levantada na conversa quando Mano Brown pergunta à Regina: “Esse seu tom moreno de pele vem de quem?”, no que ela responde: “Depois da mulher do BBB, eu não posso falar (risos), mas meu avô era preto, por parte de mãe”¹. Brown continua a conversa e relembra a personagem Tina Pepper², interpretada por ela: “Era uma alusão à Tina Turner, que é uma mulher negra, e você foi recebida em Angola como uma mulher negra”. Regina explicou a reação do público, na época:

Foi Moçambique (risos). A gente desembarcou em Moçambique quase 15 anos depois, a novela é de 86. Eu cheguei no aeroporto, aí geral assim pra mim: ‘Tina! Tina!’ com aquele sotaque. Todo mundo me beijava, me abraçava, aí eu perguntei ‘tá passando de novo a novela?’, e o pessoal: ‘não, é porque a Tina foi o primeiro personagem negro da televisão e que a gente adorava’. Isso é um grande assunto, eles achavam que eu era preta (Regina Casé, *Mano a Mano*, 2023, 14’40”).

A jornalista Semayat Oliveira lembrou uma fala de Regina Casé que exemplifica a dúvida da atriz sobre sua identificação racial: “Eu já vi uma fala sua de que você tem um pouco dessa cara que não é branca, não é negra e não é indígena, é um pouquinho de cada, né”, e Regina responde: “Eu sou indígena, super, eu acho que eu tenho muita coisa de indígena, acho que tenho muita coisa de negra e acho que tenho muita coisa de branco, ou seja, eu sou brasileira mesmo” (Regina Casé, *Mano a Mano*, 2023, 16’24”). Em 1999, a atriz concedeu uma entrevista à Trip TV e mencionou essa ambiguidade racial ao ser questionada sobre o porquê de ter feito apenas uma novela, até aquele ano.

¹ A atriz se referiu a um episódio do *reality show* Big Brother Brasil de 2023, em que a participante Key Alves, que não deixou explícita sua autodeclaração étnica, afirmou que sua avó era negra para se defender de acusações racistas dentro da casa.

² Tina Pepper foi uma representação da artista Tina Turner, na novela “Cambalacho”, exibida na Rede Globo em 1986. A personagem, interpretada por Regina Casé, foi uma homenagem da atriz à cantora, da qual era fã, e afirmou que foi um personagem muito popular entre as meninas da periferia de São Paulo (CASÉ, Zero Hora, 2023)

Só a Tina Pepper, de *Cambalacho*, que era uma personagem bem fora do normal, né? Não era preta, nem branca, não era a mocinha da novela, também não era a vilã. Isso de não ser preta, nem preta nem branca, nem boa nem má, talvez explique por que eu só fiz uma novela. [...] Isso me fez pensar que eu sou uma atriz estranha para papéis estranhos, mas existem no Brasil milhares de garotas como a Tina [...]. Eu sei porque entrevistei muitas pessoas assim no *Brasil legal*. O que talvez não exista muito são filmes, novelas ou peças falando dessas pessoas, assim como não existem essas pessoas na TV, a não ser quando o barraco caiu em cima delas ou elas assaltaram alguém (Regina Casé, Trip TV, 1999).

Brown e Casé entram em um debate sobre colorismo e a atriz conta como, aqui no Brasil, ela é lida como branca e “quase loira” por ser famosa e rica. “Verdade, as pessoas vão tirando a pigmentação conforme você vai subindo” (BROWN, Mano a Mano, 2023, 18’40”), completou Brown. Regina pontua que deveria existir uma dramaturgia que desse papéis ótimos para atrizes pretas retintas, quando Mano Brown questiona: “E o mulato? Qual o papel do mulato no Brasil? Nenhum”. “Mas é mais fácil o mulato conseguir um papel na televisão”, responde Regina, que logo é questionada novamente pelo apresentador: “Não é mais fácil. Você é da televisão, qual é o papel do mulato na televisão? Quais os grandes atores mulatos?”.

Regina Casé: Não ‘to’ dizendo mulato, porque aí vai entrar num nível de colorismo, mas eu acho que é mais fácil a Taís Araújo fazer uma protagonista na novela, a mocinha da novela, do que uma atriz negra retinta.

Mano Brown: A Taís ficou famosa fazendo papel de uma escrava, ali marcou muito a raça, mesmo ela não sendo retinta.

Regina Casé: Você tem licença poética ‘pra’ falar do mulato, porque não pode mais falar mulato.

Mano Brown: Eu posso falar o que eu quiser eu acho (risos)
(Mano a Mano, 2023, 20’53”).

Mano Brown continua a argumentação a respeito da representatividade do “mulato” e observa como a Rede Globo tem um histórico de branquitude poderoso e como, em certo momento da história, não houve nenhum negro na televisão, exceto em filmes de época, em que apareciam como escravos. Já a figura do “mulato” era limitada a interpretar papéis como de capitão do mato, por exemplo. A atriz discorda de Brown, afirmando que, no seu ponto de vista, quanto mais clara é a pele da pessoa, mais facilidade existe com relação à aceitação social e representatividade, mas Brown completa:

Os caras mais traumatizados com raça ‘é’ mulato, não é os ‘escuro’, eu convivo com negro desde que eu nasci. Eu ando com o Ice Blue, mano, o nego mais orgulhoso que eu conheço, ele sabe como eu sou. [...] Eu acho que em certos momentos é tão difícil quanto (Mano Brown, Mano a Mano, 2023, 24’34”).

Tanto na televisão, quanto nas grifes brasileiras, não existe representatividade do corpo “mulato”, citou Brown. Ele continua a linha de raciocínio e relembra a moda do estilo surfista, que vendia “o loiro, com protetor solar no olho, pique australiano [...], uma grife de homem branco”, afirmou.

Conforme a raça negra começa a aparecer mais, e aí entram pessoas como você, pôs a raça na vitrine e mostrou qualidade, variedade, mostrou que nem todo preto é igual. [...] o futebol e o samba vendem o preto. Na época do futebol, Copa, carnaval, é o preto. “Vem pro Brasil”, “cidade maravilhosa”, o preto vende o Brasil. O mulato é provavelmente o cara que você vai passar pela porta dez vezes e nem vai ver ele, ele não é nem preto ‘pra’ você olhar (Mano Brown, Mano a Mano, 2023, 25’43”).

Brown acrescenta na argumentação que a figura do “mulato” é a maioria da população, tornando-o mais fácil de ser invisibilizado. “Tira a massa de pardo que fala que é negro e vê quantos sobram. Politicamente a gente fica morto” (BROWN, Mano a Mano, 2023, 28’31”), completou. Regina Casé concorda com Brown no aspecto da invisibilidade do corpo pardo e acrescenta que o Brasil deve construir um pensamento original com relação à formação do povo brasileiro, que é muito diferente dos Estados Unidos. Brown concorda e se indigna com a tentativa de desracializar parte da população que se considera parda:

‘Ah, você não é preto, agora branco também ‘cê’ não é, você não é nada, portanto fica quieto aí’. ‘Cê’ matou o cara, ‘cê’ matou uma massa, a maioria do povo. ‘Cê’ isolou, falou: ‘você não tem direito a falar, que você não é isso, você tem que dar espaço ‘pro’ mais escuro falar’, então você vai deixar a massa negra sem falar (Mano Brown, Mano a Mano, 2023, 29’33”).

Ao fim do debate sobre colorismo e representatividade do “mulato”, Regina Casé desabafou que também se encontra nesse conflito racial, mas ainda assim não se considera “mulata”.

Eu ‘tô’ num lugar bem difícil também, não ‘tô’ dizendo que eu sou mulata, mas esse lugar que é uma ponte entre ricos e pobres, pretos e brancos...Procuro ser uma ponte e levar as melhores informações de um lado pro outro pra que as coisas se movam (Regina Casé, Mano a Mano, 2023, 34’30”).

Ao longo do programa, os artistas também falaram sobre a estigmatização do programa “Esquenta”. Além desse projeto da atriz, eles conversam sobre a necessidade de investimento em educação, trânsito de classe social, situação do Rio de Janeiro, empoderamento de meninas negras e, novamente, raça, quando Brown reflete sobre quem é a população negra no Brasil e afirma que ainda existe pouca presença negra em movimentos

politicamente organizados em torno da causa. Em certo momento, a atriz questiona Mano Brown se ele sempre soube que era preto. “Minha mãe falava que eu era mulato”, respondeu, “mas como eu estudei em colégio de branco eu me via como preto. Eu descobri cedo e, vou te falar, é muito de cada um, muito moleque da minha cor se acha branco”.

O debate a respeito do corpo mestiço toma força novamente na conversa, quando Brown cita o caso de MC Guimê, que possui pele clara e cabelo crespo, e se indigna com a forma como as pessoas buscam questionar a identidade racial do funkeiro:

Alguns discutindo de forma bem superficial, aquilo me irritou, porque se ele ‘tá’ se dizendo negro tem que parar ‘pra’ ouvir o porquê. [...] Eu não gosto quando o nosso movimento discute de forma leviana assuntos muito sérios, porque a gente vai encontrar uma população de pardos no Brasil e netos de negros, que hoje é uma grande parcela da população (Mano Brown, Mano a Mano, 2023, 1h45min 8seg).

Ele reafirma que, numa comparação entre pretos e pardos, ninguém leva vantagem, e Regina discorda: “Eu acho que dá ‘pra’ você admitir um médico da cor do Brown, mas não admite um médico preto retinto” (CASÉ, Mano a Mano, 2023, h48min35seg). Brown finaliza afirmando que concorda com o fato de o retinto ser mais discriminado, mas que esse fato não dá vantagem ao pardo.

Esse tema é bom. Agora, os caras têm que entender que eu me digo preto, os caras que não ‘aceita’, tá bom, problema deles. É legal porque eu converso com o Djonga, que tem um filho claro, o Rincon também tem um filho claro, os caras têm filhos de todos os tons. Você vai criar seu filho como, meu parceiro? Fazendo piada com seus filhos que nem faz comigo? Você vai foder a cabeça do seu filho (Mano Brown, Mano a Mano, 2023,).

O episódio chega ao fim com debates sobre assuntos diversos, como a forma que lidam com outros tipos de preconceitos, como capacitismo e machismo, e sobre casais interracialis.

3.3 Categorias analíticas

Para o desenvolvimento da análise da pesquisa, três categorias analíticas foram utilizadas: (a) colorismo; (b) classe social e autoidentificação; (c) racismo estrutural e desigualdade social. Todos esses elementos foram identificados durante a conversa no episódio do podcast “Mano a Mano” no debate sobre raça e miscigenação. Essas categorias, juntamente com alguns recortes da entrevista que serão retomados, tentam explicar os

fenômenos em torno das experiências vividas pelas pessoas pardas e o esfacelamento de uma identidade coletiva.

a. Colorismo

A questão racial é levantada no episódio quando Mano Brown pergunta à Regina, ainda no início da conversa: “Esse tom moreno de pele seu vem de quem?”, no que a atriz responde que esta é uma pergunta difícil e traz à tona a fala polêmica de uma participante do Big Brother Brasil 2023 que afirmou não ser racista pelo fato de sua avó ser negra. Regina explica, em tom de brincadeira, que, hoje em dia, não se pode mais falar esse tipo de coisa, mas dá continuidade e responde, finalmente, que seu avô, por parte de mãe, era negro. Sua resposta indireta evidencia um receio de pessoas com fenótipo ambíguo de falarem sobre suas raízes e que frequentemente podem ser questionadas ou até invalidadas pelo fato de o tom da pele não ser “preto o suficiente”. Em outro momento da conversa, a apresentadora conta que também possui ascendência indígena e afirma que tem “muita coisa de indígena, muita coisa de negro e muita coisa de branco”, ou seja, é “brasileira mesmo” (Regina Casé, Mano a Mano, 2023, 16’24”). O assunto sobre a origem de Regina Casé leva ao debate sobre colorismo, levantado pela própria atriz, que afirma que é totalmente a favor do termo e que acredita que pessoas de pele mais clara possuem mais vantagem dentro da sociedade brasileira.

Colorismo foi um termo que surgiu com a escritora norte-americana Alice Walker, no ensaio “If the present looks like the past, what does the future look like?” (1982), e é utilizado para definir diferenças de tratamento de pessoas da mesma raça baseadas unicamente na cor. Larissa Fontana (2022) explica que o conceito de colorismo de Alice Walker tem foco em uma vertente teórico-política denominada “mulherismo”, em que analisa a presença e ausência de personagens mulheres negras na literatura inglesa. A partir disso, a estadunidense observou uma divisão interna dentro da comunidade negra e discutiu “como as diferentes tonalidades de pele dentro da comunidade afetariam as identificações de gênero de mulheres negras, resultando em tensões crescentes entre essas mulheres de diferentes tons de pele” (FONTANA, 2022, p. 149). Essas tensões, portanto, se dariam por uma maior rejeição das mulheres negras retintas com relação às negras mais claras e uma necessidade daquelas de que as de pele clara reconheçam suas vantagens.

O que mulheres negras retintas estariam interessadas, acredito eu, é em uma maior consciência, por parte das mulheres negras claras, de que elas são capazes, muitas vezes inconscientemente, de infligir dor sobre as primeiras; e que, a menos que a

questão do Colorismo – em minha definição, tratamento preferencial ou prejudicial de pessoas da mesma raça baseado somente em sua cor – seja discutida em nossas comunidades e definitivamente em nossas “(irmã)ndades” negras, nós não poderemos progredir enquanto povo. Porque o colorismo, como o colonialismo, o sexismo, o racismo, nos impede (WALKER, 1982, s/p, tradução minha, grifos meus) (FONTANA, 2022, p. 150).

Fontana (2022) também pontua que, na análise de Walker (1982), tanto os homens de pele clara quanto de pele escura procuram pelas mulheres de pele clara, que seriam consideradas mais bonitas por se aproximarem esteticamente da mulher branca. Quanto aos homens negros de pele clara, eles possuiriam, além da vantagem da cor, a da classe e da formação. Fontana (2022) faz uma análise das reflexões de Alice Walker:

As mulheres negras retintas, por sua vez, são significadas por uma memória outra, que as constrói como fortes demais para serem possuídas, espancadas e exibidas como prêmios a que se pode espancar; aquela que reage à surra, que não se cala frente à violência, não sofre em silêncio. Ela não é considerada uma dama, pois se distancia – pelo corpo e pelo comportamento – da mulher branca. Assim, ao reproduzir a masculinidade hegemônica branca, o homem negro rejeita a mulher mais escura. Ao contrário da mulher mais clara, cuja feminilidade é significada na relação heterossexual com os homens, o que produz simultaneamente o silenciamento de suas práticas de resistência às violências patriarcais e racistas, a discursivização da feminilidade da mulher escura é marcada pelos sentidos de resistência e luta, de ruptura da ordem patriarcal colonialista. Uma feminilidade que diz da falha na interpelação da mulher negra em sujeito-mulher-submissa e que tensiona a estabilidade e incontestabilidade das violências colonialistas e patriarcais estadunidenses (FONTANA, 2022, p. 156).

Mano Brown, por sua vez, propõe uma provocação quanto à posição do “mulato” dentro do debate sobre colorismo e representatividade na televisão brasileira: “E o mulato? Qual o papel do mulato no Brasil?”, e Casé responde: “Mas é mais fácil o mulato conseguir um papel na televisão”. Brown discorda e questiona, novamente, quais os grandes atores “mulatos”. “Não tô dizendo mulato, porque aí vai entrar num nível de colorismo, mas eu acho que é mais fácil a Taís Araújo fazer uma protagonista na novela, a mocinha da novela, do que uma atriz negra retinta”, respondeu a atriz. Brown novamente discorda e relembra o papel de Taís Araújo na novela “Xica da Silva”: “A Taís ficou famosa fazendo papel de uma escrava, ali marcou muito a raça, mesmo ela não sendo retinta”. O debate avançou e Mano Brown explicou porquê não consegue ver vantagem na pessoa não-branca ter a pele mais clara:

...houve um momento em que não tinha nenhum negro na televisão e em filmes de época apareciam como escravos. Capitão do mato era o mulato, né? Ainda tinha esse papel, o mulato é sempre o mão branca do banco, o capataz, o cagueta, o que não é nem preto nem branco, ele se vende, ele é corrupto. Olha o meu lugar. Então qual é o papel da mulata? A gostosa? [...] Eu não vejo, nessa parte do colorismo, onde o mulato leva vantagem nisso. Esquece, não vejo. Se alguém acha que ter o tom mais

claro é vantagem, pode ser talvez entre os negros (BROWN, Mano a Mano, 2023, 22'38").

Brown também fala sobre como o pardo é invisibilizado em momentos de representatividade, apesar de ser a massa que compõe a maior parte da população brasileira. Essa opinião se alinha com o que Kabengele Munanga (1999) diz sobre a posição dos miscigenados na sociedade brasileira. Ao citar Abdias do Nascimento, Munanga (1999), afirma que o branqueamento da raça negra foi uma estratégia de genocídio, que começou com o estupro da mulher negra e originou

produtos de sangue misto: o mulato, o pardo, o moreno, o pardavasco, o homem de cor...situado no meio do caminho entre a casa grande e a senzala, o mulato prestou serviços importantes à classe dominante, durante a escravidão ele foi capitão-do-mato, feitor e usado noutras tarefas de confiança dos senhores e, mais recentemente, o erigiram como um símbolo de nossa democracia racial" (MUNANGA, 1999, p. 93).

Também é importante retomar o conceito de Alessandra Devulsky (2021) sobre o colorismo, que se opõe à perspectiva de Alice Walker, assim como a opinião de Mano Brown se opõe à de Regina Casé. Devulsky defende que o colorismo é uma ideologia em que se hierarquiza pessoas negras de acordo com seus fenótipos e utiliza o branco como parâmetro "ideal", ocasionando em uma divisão de pessoas da mesma comunidade. A pesquisadora afirma que, embora pessoas negras de pele mais clara tendem a ser mais acolhidas em grupos de pessoas brancas, o tratamento não deve ser considerado menos racista, assim como, para Brown, não existe situação de vantagem em ser "mulato", em comparação com o negro mais escuro, por mais que reconheça mais facilidade de aceitação em determinadas situações.

As opiniões acabam se complementando e possuem uma linha tênue de divergência: de um lado, existe a percepção de que pessoas negras de pele clara/pardas são mais aceitas socialmente e têm o acesso mais facilitado de um modo geral a ambientes e grupos majoritariamente brancos, o que significa que possuem vantagem com relação aos negros de pele mais escura, gerando tensão e diferença de tratamentos de acordo com a tonalidade da pele negra. Essa ideia é defendida por Regina Casé, quando assume que defende essa percepção (CASÉ, Mano a Mano, 2023, 18'54"). "Eu acho que quanto mais clara é a pele da pessoa, mais facilidade de tudo" (CASÉ, Mano a Mano, 2023, 24'20"). De outro lado, o ponto de vista é que, embora exista, sim, mais acolhimento ao grupo branco do negro de pele clara/pardo com relação ao negro de pele mais escura, não existe "menos racismo" para essas pessoas, já que ainda existe a condição de não branco. "Eu não vejo nessa parte do colorismo

onde o mulato leva vantagem nisso. Esquece, não vejo. Se alguém acha que ter o tom mais claro é vantagem, pode ser talvez entre os negros” (BROWN, Mano a Mano, 2023, 22’38”). Aqui, Mano Brown admite que, entre a comunidade negra, pode existir maior acolhimento do mais claro com relação ao mais escuro, mas esse fato não retira as situações racistas e vexatórias às quais o “mulato” pode ser submetido, o que não configuraria situação de vantagem. O ponto chave de divergência é a hierarquização racial, que é colocado em pauta na perspectiva de Alice Walker (1982), enquanto para Alessandra Devuslky (2023) é um retrocesso aos debates raciais e acaba se tornando um subproduto do racismo por dividir a comunidade negra.

b. Classe social e autoidentificação racial

Durante o debate entre os artistas sobre colorismo, foi possível evidenciar como a classe social influencia não só na forma como o brasileiro pode ser lido racialmente, mas nas opiniões de cada um relacionadas ao pardo. Enquanto Regina Casé defende que pessoas negras retintas tendem a sofrer mais discriminação com relação às pessoas de pele mais clara, se alinhando à ideia do colorismo, Brown acredita que o racismo é prejudicial desde os pretos retintos aos mestiços, de formas diferentes, mas igualmente violentas, e que os retintos possuem mais visibilidade social da sua identidade.

Em outro momento, Regina afirma que sua perspectiva é difícil, já que assiste a episódios de discriminação com pessoas ao seu redor com frequência, vendo e vivenciando situações que uma pessoa branca não seria capaz de ver ou vivenciar “mesmo que ela lesse todos os livros, porque sair pra rua muda muito” (CASÉ, Mano a Mano, 2023, 18’00”). Por outro lado, ela diz que não sente o preconceito na pele: ““pro’ Brasil, [...] eu sou branca. Você tem grana e é famosa, eu sou quase loira”, finalizou. Mano Brown concorda e completa: “Verdade, as pessoas vão tirando a pigmentação conforme você vai subindo” (BROWN, Mano a Mano, 2023, 18’40”), no que Regina coloca outro ponto de vista: “Se bem que isso não livra de racismo ‘né’. Vini Jr. é rico ‘pra’ caramba, é famoso e é massacrado pelo racismo” (CASÉ, Mano a Mano, 2023, 18’44”). Essas pontuações refletem a forma como as pessoas pardas e pretas são violentadas de diferentes formas pelo racismo no Brasil. No caso de uma pessoa mestiça ganhar *status* social e visibilidade ou ficar “rica”, ela é embranquecida numa tentativa de anular suas raízes negras ou indígenas e questionar sua identidade racial.

A fala sobre a pigmentação ter sido dita por Mano Brown expressa sua experiência pessoal, já que ele próprio enfrenta esse dilema racial por ter a pele parda e foi um caso de

mobilidade social, que foi de jovem marginalizado à capa de revista³. Esses fatos comprovam o que Sueli Carneiro (2000) diz sobre existir uma maior aceitação social dos mais claros com relação aos mais escuros e são explicados historicamente, quando os mestiços passaram a ser inseridos em funções econômicas e militares e tornaram-se um “tipo” socialmente aceito, após a abolição.

Kabengele Munanga (1999), ao citar Oracy Nogueira, explica que, no Brasil, existe o preconceito de marca, que condiciona o indivíduo a uma incorporação progressiva ao grupo racial hegemônico dos mestiços — no caso, o grupo branco —, na medida em que perdem as características do grupo oprimido — no caso, o grupo negro (MUNANGA, 1999, p. 104). Isso explica a “retirada de pigmentação”, conforme o mestiço ganha prestígio social.

No Brasil, [...] trata-se de uma classificação racial cromática, ou seja, baseada na marca e na cor da pele [...]. Dependendo do grau de miscigenação, o mestiço brasileiro pode atravessar a linha ou a fronteira de cor e se reclassificar ou ser reclassificado na categoria ‘branca’. Jamais poderá ser rebaixado ou classificado como negro, salvo raras exceções, devidas notadamente à escolha individual por posicionamento ideológico (MUNANGA, 1999, p. 118).

Assim, a combinação da miscigenação com a situação sociocultural dos indivíduos e as possibilidades de formar uma identidade coletiva que aglutina pretos e pardos foram prejudicadas. Para Munanga (1999), a miscigenação brasileira pode ser tanto discriminatória quanto integradora, já que, de um lado, espera-se que os negros clareiem em vez de aceitá-los, e, de outro, ela se torna um mecanismo de maior aceitação social. Ambos os objetivos se baseiam no racismo.

c. Racismo estrutural e desigualdade social

As origens de Mano Brown e Regina Casé também são pontos fortes de serem levantados quando o assunto é miscigenação e classe social. Nascido e crescido nas periferias de São Paulo, Brown passou por experiências diferentes de Regina Casé, que nasceu e cresceu na Zona Sul do Rio de Janeiro e, desde cedo, teve contato com a elite carioca. Essa diferença de vivências pode ter influenciado a forma como cada um se identifica racialmente. Silvio

³ O racismo torna-se explícito quando é o caso de pretos retintos “no topo”, como Vini Jr., jogador de futebol brasileiro do Real Madrid, que já declarou publicamente que o racismo é o normal no campeonato espanhol (JÚNIOR, BBC News, 2023) e já foi alvo de ataques racistas diversas vezes. Em março de 2024, após sofrer discriminação racial da torcida do Atlético de Madrid, time da Espanha, o atacante postou em sua rede social uma cobrança por punição contra os atos: “Espero que vocês já tenham pensado na punição deles, Champions League, UEFA. É uma triste realidade que passa até nos jogos que eu não estou presente” (JÚNIOR, Twitter, 2024).

Almeida, em “O que é racismo estrutural?” (2018), mostra que existem inúmeras pesquisas que demonstram que a raça é um marcador determinante da desigualdade econômica. Almeida (2018) cita Gunnar Myrdal (1944), estudioso norte-americano, para explicar a relação entre o racismo e a desigualdade social:

Para Myrdal, a situação da população negra poderia ser explicada pelo que denominava de *causas cumulativas*. Um exemplo: se pessoas negras são discriminadas na educação, é provável que tenham dificuldade para conseguir um trabalho. [...]. Além disso, a pobreza, a pouca educação formal e a falta de cuidados médicos ajuda a reforçar os estereótipos racistas, tais como a esdrúxula ideia de que negros têm pouca propensão para trabalhos intelectuais, completando-se assim um *circuito fechado* em que a discriminação gera ainda mais discriminação (ALMEIDA, 2018, p. 123).

Os estudos dos pesquisadores podem ser comprovados considerando que, no Brasil, os pardos estão inclusos na categoria “negros”, formando mais de 45% da população brasileira, e que apresentam indicadores sociais parecidos com os das pessoas pretas. Os dados do IBGE sobre Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, divulgados em novembro de 2022, mostraram que a taxa de pobreza dos brancos era de 18,6%, dos pretos de 34,5% e dos pardos de 38,4%. Na linha da extrema pobreza, existiam 5% entre os brancos, 9% entre os pretos e 11,4% entre os pardos. Quanto às taxas de desocupação: 11,3% dos brancos, 16,5% dos pretos e 16,2% dos pardos. Taxas de informalidade: 32,7% entre os brancos, 43,4% entre os pretos e 47% entre os pardos. Com relação ao nível de instrução, foi constatado que as pessoas brancas com ensino superior completo ou mais ganharam em média 50% a mais que as pessoas pretas e 40% a mais do que as pardas. Pretos e pardos também enfrentaram maior insegurança de posse e maior informalidade da moradia própria, com menos acesso a saneamento e menor número de cômodos. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) (2019), sofreram algum tipo de violência física, psicológica ou sexual 16,6% dos brancos, 19,3% dos pardos e 20,6% dos pretos, em sua maioria mulheres. Já a taxa de mortalidade, divulgada pelo Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, entre 2019 e 2020, foi de 34,1 mil mortes por 100 mil habitantes entre os pardos; 11,5 mil entre os brancos; e 21,9 entre os pretos.

Esses dados podem servir para entender o fato de Mano Brown se declarar negro, já que compôs parte das estatísticas das pessoas negras desde sempre, embora as tenha contrariado por 27 anos. “Eu me declaro preto o tempo todo”, afirmou Brown em determinada parte da entrevista no Mano a Mano. Por outro lado, Regina Casé contou, em outro momento do podcast, uma situação específica em que se declarou branca em um programa de televisão

e foi alvo de comentários que questionavam sua fala, admitindo a complexidade existente com relação à sua identificação racial e ao corpo mestiço de um modo geral:

‘Regina Casé acha bem que ela é branca, né’, aí eu levei maior susto. Gente, mas imagina se eu tivesse dito no Faustão que eu era preta, achei que eu ia morrer (risos). [...]. Aí eu ‘tô’ num lugar bem difícil também, não ‘tô’ dizendo que eu sou mulata, mas esse lugar que é uma ponte entre ricos e pobres, pretos e brancos, procuro ser uma ponte e levar as melhores informações de um lado pro outro pra que as coisas se movam (CASÉ, Mano a Mano, 2023, 32’52’’).

Ao afirmar ser uma “ponte entre pretos e brancos”, a atriz reforça a ideia de que o pardo seria uma transição entre um lado e outro, como um “meio do caminho”, o que comprova as ambiguidades e confusões que pessoas com fenótipo ambíguo enfrentam no dia a dia.

No episódio do Mano a Mano, Regina também fala sobre como o trânsito de classe social é difícil e resume perfeitamente como a questão racial não pode ser separada da questão social:

O Brasil é tão desigual, tão injusto com os pretos, que é só você arrumar um amigo pobre. Se você arrumar um amigo pobre, pode até ser branco, em um ano, você tem 10 amigos pretos. [...] é uma questão de raça, que está mais isolada ainda porque está presa, ainda, numa classe social [...]. ‘Pra’ você ter uma atitude antirracista, você tem que se mover do seu bairro. [...] Você vai dizer: ‘pô, mas na minha escola não tinha nenhum preto’, sim, porque você estava numa escola de branco e de rico. É muito difícil para as pessoas fazerem um movimento de território, de classe social. Dá um trabalho danado. [...] Esse movimento, essa coragem de sair do seu lugar é muito difícil, dos dois lados (CASÉ, Mano a Mano, 2023, 1h50min38seg).

Tanto Mano Brown quanto Regina Casé concordam que o Brasil deve produzir um pensamento original quanto à questão racial e se desprender do padrão norte-americano de análise, assim como Kabengele Munanga (1999).

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo problematizar como as pessoas pardas estão inseridas socialmente e dentro dos debates raciais, a partir da análise do discurso de Mano Brown no episódio do “Mano a Mano” de maio de 2023, que teve como convidada a atriz e apresentadora Regina Casé. Para isso, foi necessário resgatar elementos históricos da história do Brasil para entender como a escravidão e a abolição impactam as pessoas pardas desde a época colonial; entender como o racismo estrutural pode afetar pessoas miscigenadas descendentes de negros com fenótipo ambíguo; resgatar discursos do Mano Brown sobre raça e, especificamente, sobre ser um homem pardo para evidenciar coerência e constância do seu ponto de vista e das suas experiências pessoais em torno do assunto. Para isso, foi necessário entender também a trajetória musical do rapper, desde os Racionais MC’s ao podcast Mano a Mano, para introduzir o foco de análise do trabalho; e analisar o episódio com Regina Casé, para entender como duas pessoas mestiças se veem, são vistas e opinam de diferentes formas sobre o assunto que as tornam comuns.

Com isso, foi possível observar como as pessoas pardas podem ser identificadas - e se auto identificarem - racialmente de diferentes formas a depender da classe social e do contexto nos quais estão inseridas. Sua identidade racial também é um tópico que ainda exige discussões aprofundadas dentro dos debates raciais, uma vez que se comprovou que o Brasil deve criar um pensamento original com relação às pessoas descendentes de negros e de indígenas e que os modelos de análise estadunidenses não são suficientes para entender a dinâmica de etnias no país mais miscigenado do mundo. Além disso, também se apontou que a categoria “pardo” serve como ferramenta de pertencimento a uma grande parte da população brasileira.

As falas de Mano Brown e Regina Casé, portanto, representam uma grande parte populacional de pessoas mestiças que se encontram ou já se encontraram em situações conflituosas a respeito de sua própria identidade racial, embora tenham origens e experiências diferentes ao longo da vida e, conseqüentemente, opiniões e autodeclarações raciais diferentes.

Referências

ABREU, William de. Conheça “Mano a Mano” podcast original Spotify apresentado por Mano Brown. Diconversa, 2021. Disponível em: <<https://disconversa.com/materias/conheca-mano-a-mano-podcast-original-spotify-apresentado-por-mano-brown/>>. Acesso em: 04/10/2024

Agência Brasil. Vini Jr. pede punição a novo ataque racista que sofreu na Espanha. Agência Brasil, 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/esportes/noticia/2024-03/vini-jr-pede-punicao-novo-ataque-racista-que-sofreu-na-espanha>>. Acesso em: 04/10/2024

ALMEIDA, Silvio. O que é racismo estrutural?. Belo Horizonte: Letramento, 2018

BUENO, Beatriz. Impedidos de entrar em Wakanda - Reflexões sobre Parditude, Manifestações Midiáticas e Desafios de Pertencimento. Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - 44ª Congresso Brasileiro de Ciência da Computação, Rio de Janeiro, 2021

BROWN, Mano. Pânico na Zona Sul. In: Racionais MC's. Holocausto Urbano: Zimbabwe. São Paulo, 1990. CD. Faixa 5.

Brasa Magazine. Mano Brown diz não negociar sua individualidade em Mano a Mano: “sou a cara da massa”. Brasa Magazine, 2021. Disponível em: <<https://brasamag.com.br/mano-brown-diz-nao-negociar-sua-individualidade-em-mano-a-mano-sou-a-cara-da-massa/>> Acesso em: 04/10/2024

BBC News Brasil. ‘Não foi 1ª, 2ª ou 3ª: 10 vezes em que Vini Jr. foi vítima de racismo na Espanha. BBC News Brasil, 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c729gypd570o>>. Acesso em: 04/10/2024

CARDOSO, João Manuel. O capitalismo tardio. 11ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019

CAVALLINI, Marta. Negros ocupam só 0,4% dos cargos de diretoria, mostra levantamento. G1, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2022/09/16/negros-ocupam-so-04percent-dos-cargos-de-diretoria-mostra-levantamento.ghtml>>. Acesso em: 10 dez. 2023

CARAMANTE, André. Eminência Parda. Rolling Stone, jan. 2010. Disponível em: <<https://rollingstone.uol.com.br/artigo/mano-brown-eminencia-parda/>>. Acesso em: 04/10/2024

Com 30 anos de estrada, grupo Racionais MC's confirma pausa na carreira. GZH música. 21 fev. 2018. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/musica/noticia/2018/02/com-30-anos-de-estrada-grupo-racionais-mc-s-confirma-pausa-na-carreira-cjdxltzj300dq01qxxx7udl09.html>>. Acesso em: 04/10/2024

CARNEIRO, Sueli. Miscigenação. Correio Braziliense, 18 ago. de 2000. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/miscigenacao/>>. Acesso em: 28 jan. 2024.

CHIRI, Endrigo. Mano Brown: Eu questiono porque não basto ser. Revista Cult, 2014. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/mano-brown-entrevista/>>. Acesso em: 29 jan. 2024.

CÂNDIDO, Jessica. Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento. Agência IBGE Notícias, 2022. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento#:~:text=J%C3%A1%20entre%20pretos%20o%20percentual,da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20na%20extrema%20pobreza>>. Acesso em: 04/10/2024

CÂNDIDO, Jessica. GIL, Brisa. Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. Agência IBGE Notícias, 2023. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda#:~:text=Em%202022%2C%20cerca%20de%2092,0%2C4%25>>. Acesso em: 04/10/2023

CARVALHO, Eduardo. Pela 1ª vez na história, todas as novelas da Globo têm protagonistas negros. UOL, 2023. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/eduardo-carvalho/2023/05/11/pela-1-vez-na-historia-todas-as-novelas-da-globo-tem-protagonistas-negros.htm>>. Acesso em: 04/10/2024

CHAVES, Sarah. “Tenho cara de pobre”: Regina Casé e a periferia na TV. 2007. 118 p. Comunicação - Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007

Devulsky, Alessandra N514C Colorismo / Alessandra Devulsky. - São Paulo: Jandaíra, 2021. 208 p. - (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)

FERNANDES, Florestan. O Negro no Mundo dos Brancos. São Paulo: Global Editora, 2007

FACCHI, Cleber. Racionais MC's: “Cores e Valores”. Música Instantânea, 2020. Disponível em: <<https://musicainstantanea.com.br/critica-racionais-mcs-cores-e-valores/>>

GREGOLIN, Maria do Rosario. A análise do discurso: conceitos e aplicações. Alfa, São Paulo, 39:13-21, 1995.

HAMA, Lia. Mano Brown: Armado e romântico. Revista Trip, 2016. Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br/trip/entrevista-mano-brown-paginas-negras-armas-politica-amor-e-ativismo>>. Acesso em: 29 jan. 2024.

História. Regina Casé. História. Disponível em: <<https://www.reginacase.com.br/historia/>>. Acesso em: 04/10/2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2000.

LACERDA, Victor. 'Era considerado um cara burro e mostrei um Mano Brown estudioso', diz cantor sobre podcast. Terra, 2022. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/era-considerado-um-cara-burro-e-mostrei-um-mano-brown-estudioso-diz-cantor-sobre-podcast_23682bce700c0ed5a62769731c4203a6jnp4b88b.html?utm_source=clipboard>. Acesso em: 29 jan. 2024.

LAGO, Mara Coelho de Souza; MONTIBELER, Débora Pinheiro da Silva; MIGUEL, Raquel de Barros Pinto. “Pardismo, Colorismo e a ‘Mulher Brasileira’: produção da identidade racial de mulheres negras de pele clara”. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 31, n. 2, e83015, 2023.

MARINGONI, Gilberto. O destino dos negros após a Abolição. Revista de informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, São Paulo, ano 8, edição 70, 29 dez. 2011

MC's, Racionais. Sobrevivendo no inferno. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, out. 2018

MANO Brown. Boogie Naipe. Disponível em: <<https://www.boogienaipe.com.br/mano-brown>>

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999

NICOLAU, Isabella. ‘Mano a Mano’ ganha prêmio APCA na categoria melhor podcast. 8 fev. 2023. Disponível em: <[https://www.castnews.com.br/mano-a-mano-ganha-premio-apca-na-categoria-melhor-podcast/#:~:text=Mano%20a%20Mano%20ganha%20pr%C3%AAmio%20APCA%20na%20categoria%20melhor%20podcast,-por%20Izabella%20Nicolau&text=Nesta%20segunda%20feira%20\(6\).na%20categoria%20de%20Melhor%20Podcast](https://www.castnews.com.br/mano-a-mano-ganha-premio-apca-na-categoria-melhor-podcast/#:~:text=Mano%20a%20Mano%20ganha%20pr%C3%AAmio%20APCA%20na%20categoria%20melhor%20podcast,-por%20Izabella%20Nicolau&text=Nesta%20segunda%20feira%20(6).na%20categoria%20de%20Melhor%20Podcast)>. Acesso em: 04/10/2024

O colorismo em Alice Walker e a construção interseccional de feminilidades negras (Larissa Silva Fontana) - Revista Letras, Curitiba, ufpr, n. 105, pp. 140-161, jan./jun. 2022 issn 2236-0999 (versão eletrônica)

PETEAN, Antonio Carlos Lopes. O racismo universalista no Brasil: eugenia e higienização moral da sociedade. Revista Eletrônica Cadernos de História, Uberlândia, ano 7, nº 2, dez. de 2012.

PRETO, Primo. Capítulo 4, Versículo 3. In: Racionais MC's. Sobrevivendo no inferno: Cosa Nostra Fonográfica. São Paulo, 1997. CD. Faixa 5.

PODPAH. Mano Brown - Podpah #351. YouTube, 7 de mar. de 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aahyLNH4PrE&t=8444s>>

PAIVA, Fred. Entrevista com Regina Casé nas páginas negras. Revista Trip, 1999. Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br/trip/entrevista-com-apresentadora-regina-case-paginas-negras>>. Acesso em: 04/10/2024

Portal Geledés. Miscigenação - Sueli Carneiro. Portal Geledés, 2000. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/miscigenacao/>>. Acesso em: 04/10/2024

RACIONAIS MC'S. **Negro Drama**. São Paulo: Cosa Nostra: 2002. Suporte 3'15'' - 3'46''

RACIONAIS MC'S. **Negro Drama**. São Paulo: Cosa Nostra: 2002. Suporte 5'05''-5'20''

RAP, MS. Mano Brown fala que é preto e passa a visão. YouTube, 10 de out. de 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5uIr3zIEKk>>. Acesso em: 04/10/2023.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 3ª ed. - São Paulo: Global, 2015

RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2019

ROLIM, Gabriel. Racionais MC's - Cores e Valores. Monkey Buzz, 2014. Disponível em: <<https://monkeybuzz.com.br/resenhas/albuns/racionais-mcs-cores-e-valores/>
<<https://entretenimento.r7.com/musica/mano-brown-fala-sobre-boogie-naipe-disco-que-resgata-a-black-music-brasileira-05102019>>

Regina Casé. Locução de: Mano Brown. São Paulo: Spotify, mai. de 2023. Podcast. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/4NfifrIiAKRb1xc6hog8tQ>>. Acesso em: 04/10/2023

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, março/maio 2002. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/494231189/Giralda-Seyferth-Colonizacao-imigracao-e-questao-racial-no-Brasil>>. Acesso em: 28 jan. 2024.

TAPERMAN, Ricardo. Se liga no som: as transformações do rap no Brasil. 1ª ed. Claro Enigma, 2015.

TV, Trip. Mano Brown estrategista, armado e romântico. YouTube, 8 de dez. de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=l57nwNrwMR8>>

TV, Racionais. TV CULT entrevista Mano Brown. YouTube, 12 de jan. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M3-yW6G_6AY>

Temporalidades e espacialidades nos processos comunicacionais [livro eletrônico] * Organizadores Maria Gislene Carvalho Fonseca...[et al.]. – Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/ UFMG, 2023 502 p.

VARELLA, Drauzio. Draw & Brown: Racismo e música. YouTube. 24 de jun. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=q8x4O4NkBD4>>

VADALA, Walter. Zumbi dos Palmares - Por um educação antirracista. Ponta Grossa, PR: Monstro dos Mares, 2020.

VIVA, Roda. Roda Viva | Mano Brown | 2007. YouTube, 15 de mar. de 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IaQWmNkqkSg>>

VIANA, Victo. Retrospectiva Spotify 2022: Confirma os podcasts mais escutados no Brasil. 30 nov. 2022. Disponível em: <<https://portalpopline.com.br/retrospectiva-spotify-2022-podcasts-mais-escutados-brasil/>>

Zero Hora. Regina Casé relembra Tina Pepper, personagem inspirada em Tina Turner: "Obrigada por tudo que você deixou para mim". Zero Hora, 2023. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/musica/noticia/2023/05/regina-case-relembra-tina-pepper-personagem-inspirada-em-tina-turner-obrigada-por-tudo-que-voce-deixou-para-mim-cli2dptpq00dw016xnu7h9f4s.html>>. Acesso em: 04/10/2023

PAIXÃO, M., and CARVANO, LM. Censo e demografia: a variável cor ou raça nos interior dos sistemas censitários brasileiros. In: PINHO, AO., and SANSONE, L., orgs. Raça: novas perspectivas antropológicas [online]. 2nd ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 25-61. ISBN 978-85-232-1225-4. Available from SciELO Books .

BONILLA-SILVA, Eduardo. Rethinkexing Racism: Toward a Structural Interpretation. American Sociological Review, Vol. 62, No. 3 (Jun., 1997), pp. 465-480.

GONZALEZ, Lélia. Lugar de Negro / Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg - Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. (Coleção 2 Pontos; v. 3)

SOARES, Igor. ‘Parditude’: Conceito sobre identidade parda gera divergências no movimento negro. Colabora, 2025. Disponível em:

<<https://projeto colabora.com.br/ods10/parditude-conceito-enfrenta-resistencia-do-movimento-negro/>>. Acesso em: 22/04/2025